

SILENCIOSOS E ADORÁVEIS ALUNOS

Relatos de uma experiência

Irene Ponciano



Universidade Estadual da Paraíba

Prof. Antonio Guedes Rangel Junior | *Reitor*

Prof. Flávio Romero Guimarães | *Vice-Reitor*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | *Diretor*

Antonio Roberto Faustino da Costa | *Editor Assistente*

Cidoval Morais de Sousa | *Editor Assistente*

Conselho Editorial

Luciano Nascimento Silva (UEPB)

Antônio Roberto Faustino (UEPB)

Cidoval Morais de Sousa (UEPB)

José Luciano Albino Barbosa (UEPB)

Antônio Guedes Rangel Junior (UEPB)

Flávio Romero Guimarães (UEPB)

Conselho Científico

Raffaele de Giorgi (UNISALENTO/IT)

Jorge Eduardo Douglas Price (UNCOMAHUE/ARG)

Celso Fernandes Campilongo (USP/ PUC-SP)

Juliana Magalhães Neuwander (UFRJ)

Vincenzo Carbone (UNINT/IT)

Vincenzo Miltello (UNIPA / IT)

Jonas Eduardo Gonzalez Lemos (IFRN)

Eduardo Ramalho Rabenhorst (UFPB)

Gonçalo Nicolau Cerqueira Sopas de Mello Bandeira (IPCA/PT)

Gustavo Barbosa Mesquita Batista (UFPB)

Rodrigo Costa Ferreira (UEPB)

Glauber Salomão Leite (UEPB)

Germano Ramalho (UEPB)

Dimitre Braga Soares de Carvalho (UFRN)



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500

Fone/Fax: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

IRENE PONCIANO

**SILENCIOSOS E
ADORÁVEIS ALUNOS**
Relatos de uma experiência



Campina Grande - PB
2019

Copyright © EDUEPB

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

A EDUEPB segue o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Luciano Nascimento Silva | **Diretor**

Antonio Roberto Faustino da Costa | **Editor Assistente**

Cidoval Morais de Sousa | **Editor Assistente**

Design Gráfico e Diagramação

Erick Ferreira Cabral

Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes

Leonardo Ramos Araujo

Comercialização e Distribuição

José Igor Macedo Silva

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Revisão Linguística

Antônio de Brito Freire

Elizete Amaral de Medeiros

P792s Ponciano, Irene.
Silenciosos e adoráveis alunos: relato de uma experiência. [Livro eletrônico]. / Irene Ponciano. –Campina Grande: EDUEPB, 2019.
1.206 Kb; ePUB

Referências Bibliográficas
ISBN 978-85-7879-522-1 (E-Book)

1.Surdos – Educação. 2.Educação de surdos. 3.Surdos – Práticas educativas. 4.Educação Inclusiva. 5. Educação de surdos – Brasil - História. 6.Língua Brasileira de Sinais (Libras). 7.Surdez – Educação especial. I. Título.

21. ed.CDD 371.912

*História de uma professora de surdos que nas idas e
vindas da vida, um dia, descobriu seu verdadeiro ofício
na educação...*

DEDICATÓRIA

Aos meus adoráveis alunos que tocaram profundamente as cordas do meu coração e me inspiraram de forma profunda a escrever este livro. Foram eles que proporcionaram no nosso dia a dia, esse precioso e farto material para a confecção desse livro.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, 11

Irene Ponciano.

PREFÁCIO, 13

Profa. Dra. Eleny Gianini.

INTRODUÇÃO, 16

Professora Ana Paula Vieira

SOU SURDO, MAS NÃO SOU MUDO, 18

PRIMEIRA PARTE

SURDOS: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA, 22

AUSÊNCIA DE CONTATO COM ALUNOS SURDOS, 28

A MUDANÇA E O TRAJETO, 33

SEGUNDA PARTE

O SURDO E MINHA OPORTUNIDADE DE TRABALHO, 36

MEU PRIMEIRO CONTATO COM OS ALUNOS, 38

O TRABALHO PEDAGÓGICO, 41

O ACONCHEGO, 46

A ARTE COMO ENVOLVIMENTO SOCIAL, 48

A MÚSICA CLÁSSICA E SUA INFLUÊNCIA NO

COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS SURDAS, 51
A MÚSICA COMO ALIADA DA PEDAGOGIA , 54

TERCEIRA PARTE

O TRABALHO COM ADOLESCENTES SURDOS, 64
O PERFIL DA TURMA, 68
O PERFIL DA PROFESSORA, 72

QUARTA PARTE

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SURDEZ, 84

QUINTA PARTE

A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DOS TEMPOS, 100
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL,
107

SEXTA PARTE

O RETORNO, 110
DIREITOS DAS PESSOAS SURDAS, 116
SOBRE A AUTORA, 123

APRESENTAÇÃO

ESSE TRABALHO FOI ELABORADO COM A FINALIDADE DE PASSAR MINHAS experiências profissionais com meus alunos surdos, para pais, educadores e para todos aqueles que, de uma forma ou de outra, têm interesse ou se preocupam com o surdo em quaisquer circunstâncias que o mesmo esteja inserido.

Seu conteúdo relata experiências vivenciadas por mim, e mostra as variadas formas que busquei para auxiliar meu trabalho em sala de aula, como também, para melhorar minha relação com meus alunos e com seus pais. Os resultados alcançados, certamente subsidiarão educadores e especialistas envolvidos no processo de ensino/aprendizagem da pessoa portadora de surdez. Os resultados positivos abrem um leque de possibilidades, mostrando novos horizontes na promoção de um trabalho de educação de surdo, mais humanizado. Durante todo tempo, o foco principal foi o respeito mútuo, que teve início em sala de aula, entre professor e aluno e se estendeu para a família, escola, e para os outros professores e alunos de “classe comum” e, conseqüentemente, para sociedade onde os alunos surdos transitavam e interagiam.

Dada a preocupação da escassa literatura voltada para a **educação de surdos**, preocupei-me em abordar assuntos que ultrapassassem a sala de aula, trazendo informações científicas sobre a surdez e as leis que regem, constitucionalmente, a vida da pessoa surda. Houve também a preocupação de mostrar as disparidades existentes na educação de surdos dentro do próprio país, como de alguns países desenvolvidos.

Espero que a minha intenção seja válida, no sentido de colaborar e enriquecer a criatividade de educadores que, como eu, têm a preocupação em desenvolver um trabalho responsável e produtivo na área da educação de surdos.

Irene Ponciano.

PREFÁCIO

É COM MUITA HONRA QUE VENHO PREFACIAR ESSE LIVRO QUE NOS traz o relato de uma experiência na educação de surdos, vivenciada e relatada por Irene Ponciano, da qual participei de sua formação acadêmica como professora de surdos, quando estudante da antiga habilitação em Educação de Surdos, do Curso de Pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, hoje Universidade Federal de Campina Grande.

A história da educação de surdos foi - e é - marcada, por duas grandes tendências. Uma que o vê como deficiente que precisa ser normalizado e outra que o trata como uma minoria linguística, que reconhece suas potencialidades baseadas na diferença. Apesar dessa distensão histórica, desde o final do século XIX até o final do século XX, a primeira tendência foi mundialmente hegemônica, pautando praticamente todos os estudos, pesquisas e práticas educativas para os surdos.

Dessa forma, na época em que Irene cursou essa habilitação, a educação de surdos, no Brasil, estava assentada nos princípios da primeira tendência - o Oralismo -, uma concepção clínico-patológica da surdez, que entende o surdo como uma pessoa deficiente. Os oralistas não concebem a existência de uma identidade surda e entendem que para se integrar à sociedade, essa pessoa precisa ser “normalizada”, através de processos reabilitacionais de suas funções auditivo-orais. Para tanto, utiliza de vários recursos clínico-terapêuticos, que vão dos treinamentos da audição e da fala à adaptação de equipamentos eletrônicos de amplificação sonora. Ela propõe a

educação inclusiva dos surdos em escolas regulares, desaconselha o uso da língua de sinais, considerada como embotadora do desenvolvimento da língua oral nacional, e procura evitar o convívio do surdo com outras pessoas surdas, consideradas como modelos inadequados de normalidade. Essa concepção dominou a educação de surdos por mais de cem anos, ou seja, desde o Congresso de Milão, em 1880, até os anos oitenta do século XX. No Brasil, até o final da década de 1980, praticamente era a única forma conhecida e difundida de se trabalhar com surdos.

O currículo da habilitação em Educação de Surdos, e não poderia ser diferente, foi construído com base na concepção clínico-patológica da surdez, sendo a carga horária do curso dedicada aos estudos clínicos da deficiência auditiva, dos problemas psicossociais inerentes aos deficientes auditivos e do ensino de técnicas especiais de comunicação, necessárias aos treinamentos auditivos e de fala. Foi essa a formação da qual Irene participou.

Entretanto, após mais de cem anos de práticas oralistas, apesar de refinamento de suas técnicas e aperfeiçoamento dos recursos tecnológicos, era visível o fracasso no desenvolvimento dos surdos, tanto no que diz respeito à capacidade linguística, quanto à aprendizagem e à escolaridade.

Pesquisas e estudos realizados por linguistas, psicólogos, pedagogos, bem como o desenvolvimento quase que espontâneo de novas práticas educativas por professores de surdos que não se conformavam com esse fracasso, propiciaram o surgimento do enfoque sociocultural na Educação de Surdos – o Bilinguismo, que defende os direitos dos surdos no marco da diferença política. Nessa perspectiva, eles não são considerados como pessoas deficientes, mas como pessoas diferentes da maioria ouvinte, o que implica em necessidades e direitos específicos que atendam a sua condição de ser vidente por excelência. Como os ouvintes são, igualmente, pessoas plenas de possibilidades de crescer, se desenvolver, contribuir com seu trabalho, suas ações, seus interesses para o bem-estar social. O que lhes faltava era o reconhecimento de sua condição bilíngue, quer no espaço escolar, sendo-lhes concedido o direito de ter acesso à educação, mediante o uso da língua de sinais, como língua primeira (L1), e a

aprendizagem da língua nacional, no caso a língua portuguesa, como segunda língua (L2), quer em todos os demais espaços sociais.

O presente relato de experiência que Irene nos traz evidencia claramente o fracasso das práticas oralistas e o esforço de educadores em buscar uma educação mais adequada às pessoas surdas, em contradição com os fundamentos e técnicas estudadas durante a formação acadêmica. Práticas educacionais alternativas essas, como já afirmei, que foram um dos fatores fundamentais para avanços significativos na educação de surdos.

Evidencia, também, a importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a vida social e educacional do surdo, língua fundamental para que possa ocorrer o seu desenvolvimento pleno e que possam ser estabelecidos processos de ensino-aprendizagem reais.

Acreditamos que este livro, ancorado no olhar de uma professora, contribuirá para promover a visibilidade e o reconhecimento da Libras e da comunidade surda na perspectiva da diferença cultural, que assegure a diversidade linguística um dos traços inerentes à cultura dos grupos sociais na constituição de sua humanidade.

Profa. Dra. Eleny Gianini.

INTRODUÇÃO

UM DOS MAIORES DESAFIOS SOCIAIS QUE A EDUCAÇÃO DO SÉCULO XXI tem a ultrapassar, é a socialização e a integração de indivíduos com necessidades especiais, a saber, no tocante às metodologias de ensino na educação da pessoa com surdez. Pois, no que tange esse processo de ensino/aprendizagem, há ainda um grande caminho a percorrer.

Quando se tem o conhecimento acerca da história e filosofias dos métodos pedagógicos elaborados para as pessoas com surdez, torna-se mais acessível à compreensão do elo existente entre as interações interpessoais e o desenvolvimento cognitivo desses indivíduos.

Há anos, foram lançadas várias abordagens e métodos em prol da educação das pessoas com surdez, nos quais, são e estão fundamentados na substituição da “audição perdida” por outro canal sensorial, a saber, a visão ou o tato.

Diante das possíveis soluções supracitadas, eis que surge a grande problemática dessa questão, que é a ausência de trabalhos eficazes que surtam realmente efeito e de maneira satisfatória.

Para aqueles indivíduos que ainda têm resíduos auditivos, é oferecido o acesso ao código linguístico através da oralidade. Oportunidade esta que já não é tão cabível para outros sujeitos que têm resíduos auditivos reduzidos e que apresentam uma imensa dificuldade para desenvolver a oralidade, logo a solução recai na Língua de Sinais, método mais adequado para a interação desses sujeitos com o meio.

Hoje em dia, é de suma importância que tanto os pais quanto os professores desempenhem um papel ativo no processo de

desenvolvimento e evolução das habilidades das pessoas com surdez, explorando e buscando alternativas para cada indivíduo específico, tendo, como intuito, a potencialização e ultrapassagem das dificuldades de aprendizagem apresentadas.

A obra, “Silenciosos e Adoráveis Alunos – Relatos de Uma Experiência” descreve um pouco da trajetória profissional da Professora Irene Ponciano, rumo à Educação Especial em prol do processo de inclusão dos alunos surdos em salas inclusivas, seja através da linguagem gestual, denominada Língua de Sinais, seja através do Teatro e/ou da musicoterapia.

Portanto, eu ensejo que a leitura desta obra atue de forma somatória e expansiva para a evolução da concepção de vocês novos leitores acerca dessa temática, na qual, o termo “inclusão” não seja compreendido apenas como sendo a inserção de alunos com surdez em salas regulares e/ou em salas multifuncionais, pois a proposta da Educação Especial e Inclusiva vai além de apenas uma “aceitação” desses indivíduos, uma vez que se faz necessária uma real adaptação nas ferramentas de trabalho para os professores envolvidos tanto na Educação Especial quanto na Educação Inclusiva. É preciso mudar os olhares e ampliar novos conhecimentos.

Professora Ana Paula Vieira

Graduada em Letras – Habilitação em Língua Portuguesa e Especialista em Desenvolvimento Humano e Educação Escolar pela Universidade Estadual da Paraíba. E Especialista em Atendimento Educacional e Especializado (AEE) pela Faculdades Integradas de Patos.

SOU SURDO, MAS NÃO SOU MUDO

Penso, reflito e crio,
assim como você ouvinte!
Conheço suas ideias
expressadas em ações,
suas ilimitadas criações
que muito me admiram.

Em meu mundo silencioso
quero falar-lhe, mas não consigo,
você não quer me ouvir.
Me ouvir? Como?

Ah! Esqueci que falamos
línguas diferentes.
Você não sabia, não é?

É que eu falo com as mãos,
mas posso aprender sua língua
e falar com você, sabia?
É difícil, mas não é impossível.

Você também pode aprender
Minha língua.
Como? Você não quer?
Isso não lhe interessa?

Que pena!

Em meu mundo silencioso penso,
reflito e crio e, assim como você,
preciso expressar minhas ideias.
Falar dos meus ideais.
Você me entende, não é?
Não?!?!?!?

Mas eu sou igualzinho a você!
Temos as mesmas, vontades,
as mesmas necessidades,
ainda não percebeu?
Ah! Já sei, por causa de seu
mundo barulhento
você ainda não me percebeu!

Pois em meu mundo silencioso,
há muito que descobri
que somos todos iguais,
só falamos diferentes,
porque eu sou surdo,
mas não sou mudo!

(Irene Ponciano, 1996).

PRIMEIRA PARTE

SURDOS: RELATOS DE UMA EXPERIÊNCIA

PRELIMINARMENTE, QUERO DEIXAR REGISTRADO AQUI MINHA SATISFAÇÃO por hoje estar lecionando em uma “sala especial de surdos”. Quando terminei o curso de Licenciatura em Pedagogia, na Universidade Federal da Paraíba – Campus II em 1987, não era essa a minha intenção. Na época, havia apenas duas opções de habilitação: Educação de Deficientes da Audiocomunicação (EDAC) e Magistério em Educação Infantil e Séries Iniciais. Escolhi a primeira opção por me dar oportunidade de trabalhar com crianças excepcionais com deficiência auditiva, pois a “sala comum” não era o meu forte.

Fiz essa opção mais a título de desafio, já que era considerado um curso muito difícil, pelo mesmo ter, em sua grade curricular, disciplinas que faziam parte do curso de medicina. Essas disciplinas eram ministradas na Faculdade de Medicina de Campina Grande. Estudei todo aparelho articulatório e auditivo, juntamente com alunos de medicina e seus professores, em que os mesmos deixavam claro que a disciplina era uma só, portanto não tinha diferença em termos de cobrança entre alunos de medicina e alunos de pedagogia, o que achei ótimo.

O estudo foi puxado, as disciplinas de anatomia e fisiologia dos órgãos fonoarticulatórios, tinham aulas teóricas em sala de aula, e práticas nos laboratórios, onde era executada a manipulação direta com os cadáveres no ambulatório da Faculdade de Medicina de Campina Grande. Confesso que essa parte foi um grande enfrentamento para mim. O cheiro forte de formol e a manipulação de pulmões, traqueia, palato, ouvido, enfim, estudei desde as fossas nasais,

até os pulmões, toda a trajetória do ar e processo de articulação e produção da voz, como também, toda trajetória da propagação do som pelo ouvido em suas mínimas partes. Estudar diretamente em cadáveres foi tão forte para mim que fiquei sem comer carne por um bom tempo. Como eu não era da área de saúde, jamais imaginei passar por tal experiência. Mas valeu a pena passar por tudo que passei, pois hoje me considero realmente preparada para exercer minha função de professora de educação de surdos.

Parece contradição, mas como falei antes, em nenhum momento, pensei em trabalhar com surdos e o que me levou a me especializar na área foi a sensação de desafio e de ter professores da área de saúde, área essa completamente diferente da minha. O fato de aprender conteúdos que nada tinha a ver com o que havia estudado até então, mexeu com o meu ego e lá fui eu.

Depois de um ano de estudos, eliminei todas as disciplinas sem dificuldade, mas, já na época do estágio, comprovei para mim mesma que aquela realidade não se identificava comigo e cheguei à conclusão de que trabalhar com crianças surdas, além de ser difícil, era algo praticamente sem retorno para o professor, já que as crianças apresentavam acentuada lentidão no processo de aprendizagem, principalmente no que diz respeito à língua portuguesa e em comunicação de um modo geral.

Enquanto estagiava, havia também uma grande dificuldade de comunicação de minha parte para com eles, e mesmo eu estando “habilitada” para desenvolver o trabalho, a falta de domínio e compreensão da linguagem gestual (ou de sinais) que eles utilizavam como língua materna, dificultava ainda mais nosso relacionamento em sala de aula e essa grande falha irritava eles e a mim também.

A deficiência na comunicação entre nós criava um clima de nervosismo em ambas as partes, propiciando momentos tensos e desarmônicos que só serviam para desperdiçar preciosas horas de aula. Lembro-me do dia em que fui escalada para uma sala do pré-escolar, nesse dia, quase aconteceu uma tragédia. Um aluno tentando se comunicar comigo sem sucesso, percebendo que quase nada eu entendia do que tentava me dizer, o mesmo ficou visivelmente nervoso e eu também. Em seu descontentamento, ele jogou um objeto com

muita violência em uma grande porta de vidro da sala, que se esfarelou completamente. Só para frisar, esse aluno tinha no máximo cinco anos. O fato me deixou horrorizada e, definitivamente, conclui que estava descartada a possibilidade de trabalhar com surdos.

No meu entender, estava tudo errado naquela forma de comunicação com eles e ficava pensando por que os professores não podiam se utilizar da linguagem gestual como apoio na aprendizagem, já que era a língua natural deles. No entanto, o objetivo do curso era trabalhar com os resíduos auditivos e desenvolver a linguagem falada ou oral, e isso eu achava um absurdo.

Hoje já se trabalha com todas as possibilidades e recursos possíveis, para que o sujeito surdo possa se desenvolver integralmente, em todos os sentidos, para que assim possa se tornar um cidadão ativo no contexto social no qual está inserido.

MINHA PRIMEIRA IMPRESSÃO

Antes de iniciar o estágio, fui conhecer os diretores, coordenadores e professores da Escola Estadual de Áudio Comunicação de Campina Grande (EDAC). Alguns haviam sido ex-professores e ex-colegas da universidade, o que facilitou nosso entrosamento. Todos eram dedicados e comprometidos com o trabalho. A escola funcionava em um prédio provisório e era mantida pelo Estado e Município (Campina Grande-PB), com o apoio administrativo e pedagógico da UFPB – Campus II. Enquanto isso, a escola aguardava um local mais apropriado, devidamente equipado para se instalar. Essa era a promessa da Prefeitura.

A dedicação da equipe de profissionais que lá atuava foi o que mais me chamou a atenção, já que, na minha visão, a causa era perdida. A primeira impressão foi que aqueles alunos jamais desenvolveriam habilidades e nem aprenderiam seja lá o que for. Assim sendo, todo trabalho seria inútil, sem retorno. Com essa forma de pensar, eu via a escola apenas como um local onde aqueles alunos pudessem “frequentar” sem maiores problemas, ou seja, a escola seria, na verdade, um depósito de pessoas surdas, sem quaisquer perspectivas de entrosamento social e que futuro nenhum existiria para eles. É lamentável dizer isso, principalmente vindo de uma profissional da

área, mas estou sendo sincera. Essa era minha visão na época, visão esta que, infelizmente, ainda persiste na maioria, quando se trata de pessoas surdas.

Meu primeiro contato com os alunos não foi muito agradável, nem tão pouco amistoso, já que os via como pessoas diferentes e, preconceituosamente, como inferiores. Por serem muito carentes de afeto, eles estavam sempre querendo atenção e isso me sufocava, porque eles a todo momento puxavam minha roupa e tocavam em mim. Isso me irritava e me enervava e eu ficava sem saber o que fazer. A aula era sempre um desastre e, definitivamente, eu não me sentia à vontade naquela escola. Aquele tipo de relacionamento me desagradava profundamente, contudo, mesmo com toda a minha antipatia eu precisava concluir o estágio e, só não desisti, porque perderia um ano de estudos, o que não seria uma boa opção.

Concluindo o curso, decidi que jamais trabalharia com a chamada “educação especial”. Para mim aquele trabalho era inútil e estava disposta a abandonar a ideia. As crianças eram difíceis de lidar, de se relacionar, de se comunicar, além de lentas e agressivas. A tudo isso se juntava a falta de material mesário para um trabalho adequado que surtisse um pouco de efeito na educação escolar das crianças.

Também cheguei à conclusão de que, por mais que houvesse equipamentos, seria impossível elas se desenvolverem academicamente. E para piorar o quadro, na escola em questão, não havia equipamentos necessários que pudessem facilitar o desenvolvimento do ensino/aprendizagem dos alunos, o qual eu não acreditava que poderia acontecer. Além da falta de equipamento, os alunos não usavam próteses auditivas, que eram indispensáveis no seu dia a dia para um melhor desempenho escolar.

No transcorrer do curso, debatiam-se as condições e as necessidades especiais que esses alunos precisavam, tais como salas acústicas, amplificadores de som, aparelhos auditivos, entre outros que, se fossem citados, a lista certamente seria o dobro daquela necessária para se trabalhar com crianças comuns, e isso só se falando no material comum necessário em sala de aula, sem mencionar, evidentemente, os recursos especiais necessários.

Entre a teoria e a prática, havia grande contradição no curso, uma

vez que, chegando à fase de estágio, as coisas começaram a se distanciar da proposta original, pois durante todo o tempo do curso era discutido, quase diariamente, sobre a necessidade de salas devidamente equipadas, como já foi citado anteriormente. Também se debatia, principalmente, sobre os recursos didáticos que teriam grande importância no processo ensino/aprendizagem, fechando com uma boa prática metodológica.

Todas essas contradições podiam ser observadas numa visita casual àquela escola, que seria notada até mesmo por uma pessoa leiga, pois a mesma se apresentava sem a menor estrutura física para oferecer um ensino de qualidade aos seus alunos, como também para acomodar professores, pais e alunos, fator de suma importância para integração da escola, família e, até mesmo, a sociedade e a escola. A ausência de espaço físico inviabilizava a realização de qualquer reunião, encontros ou debates. Também não havia espaço para as necessárias atividades físicas dos alunos, os quais permaneciam, todos, naquele aglomerado e agitação.

Devido ao meu preconceito, nada do que foi dito acima eu levava em consideração, principalmente, no que dizia respeito ao processo ensino/aprendizagem desses alunos, pois em minha opinião, independente do ambiente escolar dos surdos, eles continuariam incapazes de aprender alguma coisa. Meu preconceito para com eles era tão grande que se por acaso houvesse algum resultado pedagógico, eu me tornava fria e apática, pelo fato de acreditar que qualquer conhecimento adquirido por eles não iria lhes trazer qualquer serventia na vida.

O momento é oportuno para abrir um parêntese para parabenizar o trabalho dos professores, coordenadores e demais profissionais que atuaram nessa época na escola em questão. Não citarei nomes por receio de omitir algum, o que seria imperdoável, pois todos foram magníficos, levando em consideração a falta total de recursos, o trabalho executado por esses profissionais é digno de nota – “nota dez para todos eles!” Digo isso com respeito e admiração.

Na época, eu me considerava totalmente incapacitada para trabalhar com crianças surdas, já que não havia qualquer identificação entre nós e, ao mesmo tempo, eu não almejava compromisso de

trabalho nessa área específica. Minha posição era diametralmente contrária à daqueles colegas. Para eles, certamente, as coisas eram bem diferentes, pois as dificuldades que enfrentavam, pouco interferiam na realização do objetivo final, e isso só acontecia devido à atenção, dedicação e compromisso que eles tinham assumido de fato.

A equipe pedagógica que atuava, na época, era composta por professores do Curso de Pedagogia da UFPB – Campus II, cuja capacidade e profissionalismo eram notáveis e, prova incontestável desse esforço, ficou visível no resultado positivo que posteriormente foi conseguido com esses alunos. E a diferença estava, evidentemente, no esplêndido trabalho da equipe multiprofissional que faço questão de registrar.

Não me sinto nem um pouco constrangida em falar do preconceito que tinha com os surdos, pois uma das funções deste livro é esclarecer àqueles que hoje têm o mesmo preconceito que tive, há anos, por falta de conhecimento. No entanto, a minha aproximação e convivência com essas pessoas maravilhosas, meigas, dedicadas, responsáveis e, principalmente, dotadas de grande capacidade criadora mudou totalmente a minha opinião sobre elas mais tarde. Pedagogicamente falando, suas dificuldades se limitam apenas à área da comunicação oral e na aprendizagem da língua portuguesa, por ter uma estrutura diferente da sua língua materna que é a linguagem de sinais, dificultando, assim, o armazenamento na memória de palavras e regras gramaticais e todo processo que envolve a aprendizagem da língua portuguesa.

É lógico que, num país emergente como o nosso, essa é uma perda considerável e tem grandes implicações no seu desenvolvimento humano, pessoal e social, o que acontece em menor proporção nos países desenvolvidos. Os surdos em algumas áreas específicas são capazes de superar as pessoas ditas “normais” e são dignos de todo respeito. Eles têm os mesmos direitos de qualquer cidadão brasileiro. É seu direito ter saúde e educação de qualidade, trabalho e lazer, conforme reza a **Constituição Federal Brasileira**, e qualquer reação contrária por parte de grupos ou indivíduos que compõem a sociedade é considerada crime.

AUSÊNCIA DE CONTATO COM ALUNOS SURDOS

DURANTE OITO ANOS CONSECUTIVOS, OPTEI POR TRABALHAR COM crianças "normais", e dirigia minha própria escola, além de coordenar outra da qual era sócia.

Apesar de toda rejeição anterior e, nessa época, não fazer parte da minha rotina, o contato com alunos surdos ou com deficiência auditiva, não obstante, eu tinha vivo interesse pelo assunto. Sempre procurava literatura que tratasse desse assunto, o que era difícil. Mesmo assim, consegui alguns exemplares sobre crianças excepcionais, abordando seus problemas de aprendizagem, psicológicos e assuntos correlatos. Consegui também alguns livros que tratavam de fonoaudiologia, assunto importante para esse quesito.

Talvez essa minha atitude tenha sido pelo fato de, inconscientemente, querer compensar minha falta de dedicação ao trabalho com as crianças excepcionais. Eu sempre abria vagas na minha escola para alunos com deficiência física (cadeirantes) e surdos, por acreditar sempre em uma escola integrativa que, além de dar oportunidade para eles se integrarem na escola comum, ao mesmo tempo, era importante eles se desenvolverem juntamente com as outras crianças. O fato de estarem juntas em sala de aula e em outras atividades extraclasse, as crianças de classe comum contribuíam para a conscientização e quebra do preconceito de seus pais, que normalmente não aceitavam as crianças deficientes estudando lado a lado com seus filhos "normais".

Devido ao acolhimento de alunos especiais na minha escola que,

na época, era uma escola comum, (1989), ali, eram dados os primeiros passos para a inclusão, atitude descartada por outras escolas e, por isso, minha escola era discriminada por alguns pais, que chegavam a tirar seus filhos, alegando que era para não “traumatizá-los”. Outros comentavam que jamais matriculariam seus filhos naquela escola, mas isso nem um pouco me incomodava.

Considerando que para toda regra há exceção, muitos pais incentivavam e apoiavam a iniciativa da escola. Nas reuniões de pais, sempre abríamos uma pauta para discutirmos sobre a capacidade dos alunos especiais da nossa escola, das suas necessidades e sobre os benefícios educacionais e sociais daquele momento para eles. E, assim, fomos ganhando aliados para o acolhimento desses alunos rejeitados por praticamente, todas as escolas na cidade. No entanto, alguns pais comentavam sobre o incômodo que causava o visual de uma aluna cadeirante, com lesão cerebral, que dependia totalmente de auxílio para comer, beber, etc. O visual dessa criança desagradava àqueles pais que tinham seus filhos fisicamente perfeitos, no entanto, as próprias crianças a tratavam de forma normal e faziam questão de ajudá-la nas suas necessidades. É claro que no início elas ficavam curiosas, mas, com o passar do tempo, naturalmente se adaptaram à situação e se integravam com a aluna cadeirante.

Jéssica (nome fictício) de sete anos era uma criança que demonstrava muita felicidade e tinha grande capacidade para se relacionar facilmente com as outras crianças. Através dela, as crianças se mostravam solidárias em tudo, demonstrando uma grande habilidade de solidariedade infantil. Embora Jéssica permanecesse o tempo todo em uma cadeira de rodas, nada lhe faltava. Ela era a mais querida da classe e as suas dificuldades de falar, comer e até mesmo para segurar o lápis eram dirimidas pelos seus colegas. A atitude das crianças mostrava para seus pais que elas eram desprovidas de qualquer tipo de preconceito e aceitavam as diferenças como naturais.

Jéssica permaneceu na escola mais ou menos três anos, mas quase nada conseguiu, no sentido de desenvolver sua coordenação motora e, por falta dessas habilidades, pegar um lápis, por exemplo, ou qualquer objeto, para ela era um esforço enorme e depois de ter conseguido deixava cair. Nesses momentos, as outras crianças estavam lá,

atentas para ajudá-la, quer seja na hora de escrever, tomar merenda ou qualquer outra coisa. A hora do recreio era uma verdadeira festa para ela e para as outras crianças. As crianças brincavam com ela em sua cadeira de rodas e, assim, todos se divertiam de forma igual.

Por ignorância nossa, achávamos que Jéssica era capaz de desenvolver a coordenação motora e aprender a escrever, só que a prática mostrou que não era assim. Dotada de grande inteligência, Jéssica se saía muito bem nas atividades executadas verbalmente, isso ela fazia muito bem, apesar da dificuldade em articular as palavras. Como estava matriculada em uma escola comum, eu achava que ela não poderia ser aprovada dessa forma, já que o Conselho Estadual de Educação (CEE) tinha suas normas, mas também eu nunca procurei saber sobre isso, o que foi uma grande falha minha.

A experiência de convivência entre as crianças “normais e especiais” comprova a aceitação e a solidariedade existente na infância que, infelizmente, vai se tornando cada vez menos evidente à medida que crescem, chegando a desaparecer na fase adulta. O preconceito é construído pela “deseducação” que recebem dos pais e é reforçado pela sociedade. Diante dessas experiências, cheguei à conclusão de que as crianças especiais, tão discriminadas, demonstravam um desenvolvimento normal, dentro das suas possibilidades é claro. Percebi, também, que as crianças surdas conseguiam se desenvolver bem junto aos alunos de classe comum, com exceção da língua portuguesa, mas em compensação, em outras áreas como matemática, desenho, pintura entre outras, elas demonstravam facilidade no aprendizado. Outra coisa que me chamava atenção era a capacidade de organização dessas crianças.

A mãe de Jéssica era dessas mães que buscava de todas as formas ajuda que contribuísse para uma melhor qualidade de vida para a filha, e não tinha medo de enfrentar as dificuldades que surgiam em seu caminho. Uma das instituições que ela levava a Jéssica, a menina foi selecionada para ir à Brasília, para fazer exames complexos no “Instituto Sara Kubitschek”. Lá chegando, ao fazer o exame de QI, a menina atingiu nota máxima, apresentando, assim, grande habilidade para lidar com computadores e equipamentos afins. Devido ela ter levado uma bagagem escolar acima de outros com o mesmo problema, segundo sua mãe, minha escola foi bastante elogiada pela

equipe de profissionais que a examinou.

Ao retornar de Brasília, sua mãe me apresentou um documento que explicava o problema em linguagem médica; eu, como leiga, pouco compreendi, mas o importante é que o documento em questão recomendava que a partir da data da sua expedição, as avaliações e lições de Jéssica fossem feitas oralmente e as respostas de atividades e provas deveriam ser feitas via computador. E foi a partir daí que, oficialmente, Jéssica passou a fazer suas atividades e avaliações oralmente e em computadores, livrando a mesma da frustração por não conseguir escrever, e do nervosíssimo por não conseguir realizar suas atividades escolares plenamente.

A partir de então, a escola se reorganizou em termos pedagógicos e metodológicos, para atender especificamente às necessidades individuais da Jéssica, que era uma criança meiga, educada, compreensiva e que estava sempre com um largo sorriso para nos oferecer e tendo uma capacidade enorme de aprendizagem.

A princípio, o objetivo era apenas integrá-la numa escola comum, sem, todavia, haver na realidade um plano pedagógico específico para atender suas necessidades especiais, mas entendo que a intenção e o resultado inicial foram válidos para a Jéssica, para a escola e para as demais crianças que conviveram com ela.

Rogério (nome fictício) foi outro belo exemplo da solidariedade infantil, ele era uma criança que tinha paralisia infantil. Por ser muito pequenino, era levado para escola, nos braços da mãe. Na escola, recebia o mesmo tratamento dado à Jéssica, por parte da direção, professores, funcionários, e também pelos coleguinhas que, em momento algum, deixavam de auxiliá-lo quando necessário e como no caso da Jéssica, Rogério era admitido em todas as brincadeiras. É importante salientar que mesmo sem ter habilidades para se locomover, ele sempre gostava de fazer parte das brincadeiras com as crianças “normais” e mais uma vez as crianças davam um show de amizade, companheirismo e respeito às diferenças.

Assim como Jéssica, Rogério era uma criança muito alegre. Ele transbordava de felicidade e nada o chateava e participava de todas as festas da escola sem qualquer problema ou constrangimento, e assim foi crescendo e se desenvolvendo juntamente com as outras crianças que ali permaneceram estudando desde o jardim da infância. Sua

aprendizagem se dava de forma mais lenta, mas em aproximadamente três anos ele começou a ser alfabetizado.

Tivemos também boas experiências com duas crianças surdas. Sendo uma delas Paulo (nome fictício), que era um garoto muito esperto e inteligente. Ele foi alfabetizado praticamente no pré-escolar para surpresa de todos. Era uma criança muito curiosa e questionadora. Mesmo sendo surdo, ele queria saber de tudo, e insistia até ter as respostas de suas perguntas como desejava. Também desenhava muito bem e tinha muita facilidade no aprendizado. Paulo era um menino dotado de muita energia. Sua curiosidade para conhecer e compreender o que lhe cercava, causava a admiração de todos. Sua comunicação gestual deixava quem não tinha contato direto com ele, desconcertado, diante de tanta ansiedade para conhecer as coisas. A surdez, em hipótese alguma, limitava-o, tanto que nas festas juninas que a escola realizava, ele era o primeiro a escolher seu par para dançar quadrilha e dançava muito bem.

Tivemos outras experiências com crianças com vários graus de surdez que não lograram êxito em termos de aprendizagem, devido suas deficiências estarem associadas a outras, contudo, muitas tentativas foram feitas para superar tais limitações.

Considerando as experiências já citadas, fica claro que apesar de me encontrar ausente de um trabalho exclusivo com crianças portadoras de surdez, de forma indireta sempre estive ligada a elas. Essa convivência foi para mim muito rica em termos profissionais, pois foi eliminando, aos poucos, meu terrível preconceito de que crianças deficientes eram inferiores às outras no que diz respeito à aprendizagem. Compreendi, também, que diante do seu quadro de deficiência, há limites que devem ser superados por elas e, ao mesmo tempo, respeitados por nós. E o mais importante em tudo isso é entender que elas não são em hipótese alguma inferiores, são sim apenas diferentes, se comparadas aos padrões convencionais.

Sabemos também que mesmo as crianças ditas normais têm seus próprios limites e cada uma se desenvolve de acordo com o seu ritmo, pois somos iguais apenas como seres humanos, a partir daí tudo é diferença.

A MUDANÇA E O TRAJETO

SEMPRE PERSEGUI MEUS IDEAIS, MESMO QUE PARA ISSO FOSSE NECESSÁRIO radicalizar situações. Partindo do pressuposto de que a vida é um constante desafio, ela nos apresenta problemas ao vivo e a cores, e, assim, cabe a nós saber utilizar os meios para equacioná-los, utilizando as mais variadas possibilidades de resoluções que ela nos apresenta.

Na ampla Escola da Vida que é o Planeta Terra, o “Curso da Vida”, a cada dia, nos aprimora através das experiências que vivenciamos e que não vêm para nós arbitrariamente. Entretanto, ao passarmos pelas experiências, deve acontecer a aprendizagem e, para que isso aconteça de forma positiva e eficaz, é preciso termos consciência do que estamos pretendendo aprender, e assim agindo, eliminamos as necessárias disciplinas, uma a uma, até que, por fim, em algum momento, em um futuro próximo, estaríamos recebendo o tão merecido diploma dos **“Eternos Aprendizes”** que sempre seremos.

Em certo momento da minha vida, resolvi deixar minha cidade Campina Grande – Paraíba, e fui para São Paulo. É evidente que com essa decisão, eu não mudaria só de Estado, mas toda estrutura da minha vida, uma vez que estaria deixando para trás dois filhos adolescentes e tudo que até então havia conquistado. Minha ida para São Paulo não estava ligada ao fator financeiro, como é o caso de muitos que deixam o Nordeste. Por outro lado, eu estava consciente de que para garantir a minha sobrevivência na nova jornada, eu dependia do salário de professor e que, como todos sabem, é vergonhoso em qualquer parte do nosso país. Junto ao fator salário que era

de fundamental importância, havia outro assunto do meu interesse, que era as experiências que vivenciaria no meu trabalho, experiências essas que me trariam enriquecimento profissional.

Assim sendo, troquei o Nordeste pelo Sudeste, Paraíba por São Paulo. Chegando a São Paulo, a única "arma" que tinha para lutar naquela "selva de pedra" era um diploma Universitário de Pedagogia e a experiência de 12 anos de trabalho como educadora, todavia nem diploma, nem experiência me garantiriam um emprego, assim, mais uma vez estava às voltas com um grande desafio, aliás, o maior, o mais importante e mais difícil até então para ser vencido.

De início, a situação foi constrangedora, desempregada e com uma filha de nove anos (a única que veio comigo), precisei morar a título de favor na casa de um parente, a isso se somou o processo de adaptação à "selva de pedra", que se convencionou denominar "grande centro urbano" e "símbolo de modernidade e desenvolvimento". Tudo era muito estranho e sem graça. As distâncias eram enormes, principalmente, entre as pessoas. Contudo esse contexto não me atormentava, porque vivia aquela situação como sendo mais uma aventura, da qual logo sairia vitoriosa. Essa forma de encarar as coisas suavizava as grandes dificuldades do momento.

Como já disse antes, o fundamental é sabermos o que realmente queremos na vida e isso eu sabia. Portanto, tudo o que estava acontecendo de estranho e de difícil, eu dizia para mim mesma que era passageiro. Pois sempre acreditei que na vida é importante **ousar** e não apenas **usar**, e o fato de ter **ousaDIA** eliminou o vácuo que de outra forma em mim teria se estabelecido.

O fato de São Paulo oferecer um grande leque de oportunidades me trazia a certeza de que seria válido trocar a Paraíba por São Paulo. Isso muito me seduzia, pois tinha grande interesse em me aperfeiçoar em termos intelectuais e profissionais. Isso era o que mais eu almejava. Também a ideia de morar em São Paulo, por algum tempo, muito me agradava, apesar da agitação, correria, violência e outros problemas comuns às grandes cidades. Tudo que São Paulo me oferecia faltava na minha cidade e considero ter tomado a decisão correta.

SEGUNDA PARTE

O SURDO E MINHA OPORTUNIDADE DE TRABALHO

MINHA CHEGADA A SÃO PAULO FOI MARCADA POR DIVERSAS MUDANÇAS na área da educação no Estado, como a demissão de professores, fechamento de escolas e de salas especiais. A mudança na carga horária também se eclodia naquela ocasião, em que o professor não podia mais dobrar expediente. Eu, como recém-chegada, não entendia o porquê da insatisfação da classe. As reclamações estavam por toda a parte da escola que eu dava aula. Eu me encontrava totalmente por fora das últimas mudanças que afetavam os professores do Estado de São Paulo na época. Comigo, só a certeza e a gratidão de ter conseguido aquele trabalho. Afinal fui contratada por um ano para o preenchimento de uma vaga, contrato esse que poderia ser renovado ou não. Apesar da crise do desemprego na área da educação, sentia-me confiante.

A seleção aconteceu da seguinte forma, na data marcada, eu me dirigi a uma Delegacia de Ensino (DE.). Com a documentação exigida em mãos, inscrevi-me para concorrer a uma vaga de Professor Primário (PI) e, como segunda opção, para lecionar em classe especial de surdos, já que era habilitada na área. Fui contemplada na segunda opção, a única vaga existente naquela Delegacia de Ensino no momento, portanto, era pegar ou largar.

Parecia ironia do destino, lá estava eu, justamente para trabalhar com crianças surdas. Seria mais um desafio? Evidente que sim. Nesse momento, o que mais pesou foi a situação em que me encontrava e aquela oportunidade de trabalho, eu não podia recusar. Lembrei

imediatamente do ditado popular que diz “desta água não beberei” e ri interiormente de mim mesma. Por outro lado, não podendo me dar ao luxo de esperar e rapidamente, mais uma vez, aceitei o desafio.

A partir de então, comecei a enfrentar um grande conflito. As preocupações somavam-se umas às outras. A toda hora, eu me perguntava o que farei numa sala de crianças surdas? Mas, ao mesmo tempo eu pensava: Bem, se estou habilitada para atuar nessa função, por que deverei temer? E as perguntas iam e vinham. Como vou conseguir me comunicar com os alunos? Como será que eles vão me receber? Estas interrogações me atormentavam.

Antes de iniciar as aulas, conheci uma criança surda que morava perto da minha casa e seria minha aluna. Então eu fui até sua casa e pedi autorização à sua mãe para permanecer meu tempo livre com ela, caso ela aceitasse, já que a mesma estava de férias. A proposta foi aceita e esse contato foi muito importante para mim, porque através dele, eu consegui aprender muita coisa de sua linguagem gestual e até trabalhar alguns conteúdos pedagógicos, em nível de experiência. Também foi a partir desse primeiro contato, que se iniciou um sentimento de simpatia pelo trabalho que eu iria desenvolver dali há pouco tempo.

MEU PRIMEIRO CONTATO COM OS ALUNOS

OPTEI POR CONHECER A SALA DE AULA EM QUE IRIA TRABALHAR com antecedência. Confesso que o aspecto aconchegante e gostoso me surpreendeu, como também, o material didático: jogos, blocos de jogos, material dourado, etc. Nada faltava para fazer um bom trabalho. Isso muito me animou.

A sala era equipada com televisão, videocassete, gravador, entre outros equipamentos. Tudo para o bem-estar, conforto e desenvolvimento dos alunos. Cada carteira tinha fones de ouvido e amplificador de som. Por ser uma escola estadual, à primeira vista não faltava nada para um bom trabalho com os surdos. Eu estava diante de um espaço físico adequado, munido do material necessário. Diante dessa bela realidade, só faltava uma boa assistência pedagógica para completar o quadro de sucesso que sem dúvida aconteceria. Tudo isso muito me favoreceu, já que eu era nova na área e desprovida de experiência.

Na reunião pedagógica da escola, fui informada de que meus alunos seriam do pré-escolar e a faixa etária de 4 a 10 anos. Alguns deles já haviam estudado no ano anterior, mas outros seriam iniciantes. As aulas começaram e meu primeiro contato com os alunos foi excelente, apesar da apreensão e nervosismo do primeiro dia. Aos poucos, aquelas graciosas crianças foram me conquistando, o que me deixava mais à vontade para trabalhar. Percebia o quanto elas se apegavam a mim e eu a elas e, assim, fomos criando um grande vínculo de amizade.

Ficava imaginando aqueles “pingos de gente” se iniciando na vida escolar e no contexto social. Por serem crianças de famílias muito

carentes, traziam de casa maneiras diferentes de expressar seus desejos, suas emoções e necessidades. Por exemplo, para ir ao banheiro, cada um fazia um gesto diferente e isso me deixava confusa. Com o passar do tempo, fui convencionando cada expressão, já que ainda não estava preparada para trabalhar com a linguagem dos sinais, mesmo assim, a nossa comunicação teve grande avanço.

Aprendi que o surdo normalmente fica irritado quando não consegue ser entendido e este fato muito me preocupava. Confesso que para evitar a possibilidade dessa irritação por parte de alguns, muitas vezes fingia que entendia o que estavam querendo comunicar e, no final das contas, dava tudo certo.

Com o passar do tempo, fui notando que meus alunos estavam se tornando tão calmos, amáveis e educados, que não mais demonstravam qualquer tipo de irritação. Passei a perguntar mais, quando nada entendia o que realmente queriam comunicar e quando necessário, demonstrava que não conseguia entender e, ao invés de ficarem nervosos, faziam gracejos e brincavam comigo. Com essa quebra de barreira aprendi a me comunicar melhor com eles, pois não entendia o significado de cada gesto. Essa fase foi muito gostosa.

O contato com a linguagem gestual e a integração entre nós foram fatores fundamentais que me revelaram que alguns gestos são comuns entre eles e entre os surdos de modo geral, mesmo quando não são alfabetizados. Já outros são aprendidos de acordo com o ambiente familiar, como por exemplo, a maneira de comunicar que queria ir ao banheiro, tomar água, ir à escola, papai, mamãe, etc.

Essa diferença abriu espaço para que eu passasse a introduzir a linguagem de sinais, padronizando assim uma melhor comunicação entre professor e alunos e, principalmente, entre eles, linguagem esta que até então não havia sido trabalhada naquela escola, segundo as informações que recebi. A iniciativa foi excelente e, a partir de então, nossa comunicação melhorou consideravelmente.

Nunca aceitei o fato de o surdo não poder se apropriar de sua língua materna para se desenvolver academicamente. Entendo que tirar deles a linguagem de sinais equivale a cortar a língua das pessoas que falam. Certamente nos dois casos, haverá dificuldade de comunicação e integração com os demais no contexto, seja familiar, escolar

ou social. Acredito demais em um trabalho pedagógico com surdos, partindo da linguagem gestual para, a partir dela, introduzir a língua de sinais, que é a sua língua materna, sem, contudo, desprezar os resíduos auditivos, quando for o caso. É importante não esquecer os conteúdos específicos de treinamento de fala e órgãos relacionados. A língua portuguesa deveria ser a segunda língua a ser introduzida no trabalho.

Minha sensação de trabalho foi se transformando em sensação de prazer e me trazia muita satisfação. As crianças eram prestativas, carinhosas, responsáveis e principalmente, inteligentes e com grande sensibilidade. A relação entre elas se baseava no respeito e na solidariedade e essa maneira de ser se estendia a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, se aproximavam delas. O espírito humanitário que era peculiar nestas crianças me deixava boquiaberta e muito feliz.

O fato de relatar essa experiência não implica que assumi uma atitude maternal para com meus alunos, mesmo porque, na sala de aula, foram estabelecidas regras com a participação e opinião total das crianças e, apesar da pouca idade, todo trabalho desenvolvido em sala de aula, cada uma tinha consciência da importância e necessidade. As broncas e cobrança de responsabilidade aconteciam, quando raramente se faziam necessárias, inclusive delas com relação a mim, o que era extraordinário. Quando por algum motivo eu chamava a atenção delas, cumpriam exatamente o que havia sido estabelecido.

O TRABALHO PEDAGÓGICO

O TRABALHO INICIAL FOI BASEADO, EXCLUSIVAMENTE, NAS MINHAS experiências de classe regular, porém muitas modificações e adaptações foram sendo feitas em termos de conteúdos e metodologia. Os conteúdos programáticos eram os mesmos de uma classe regular do pré-escolar, porém complementados com os conteúdos específicos com treinamento dos órgãos fonoarticulatórios, treinamento de fala e etc.

Como ainda não havia recebido orientação pedagógica para iniciar minhas aulas, pacientemente fiquei aguardando isso acontecer. Nesse ínterim, aproveitei para fazer uma sondagem com os alunos e, para minha surpresa, constatei que todo “conhecimento” que haviam adquirido, até então, era puramente mecânico, decorado, e assim sendo, completamente desprovido de significado para eles.

A classe tinha 10 alunos assim divididos: metade eram crianças de quatro a seis anos que nunca haviam frequentado escola, e a outra metade composta por crianças de sete a dez anos que já haviam estado na escola.

Os alunos acima de sete anos estavam estudando na escola há pelo menos três anos. A sondagem feita com eles me forneceu informações sobre os conteúdos básicos trabalhados até então e o resultado não foi nada animador. Para minha surpresa, nenhum deles sabia identificar as vogais, numerais de um a cinco e nem tão pouco sabiam escrever o primeiro nome sem um apoio visual, ou seja, não sabiam escrever e, sim, “desenhar” o nome.

Pela variação da idade era de se esperar que não fosse uma classe

uniforme. A grande diferença entre os dois grupos era que o segundo (formado pelos mais velhos) se tornou bem mais maleável e fácil de prosseguir com meu trabalho. Com o primeiro grupo, fez-se necessário um trabalho a nível bem principiante. Suas cabecinhas eram "terra fértil" e sei que as sementes que nelas plantasse, germinariam e se desenvolveriam, mais e melhor que as do segundo grupo, no qual se fazia necessário primeiro extrair as sementes antigas, ou melhor, as árvores nas quais elas se transformaram e que, por mais que eu tivesse êxito na remoção, sempre restariam resíduos e pedaços de raízes que facilitaríamos a germinação de novas sementes.

Assim, os dois grupos foram divididos em dois níveis. O primeiro com uma excelente coordenação, porém apresentando grandes problemas de lateralidade, espaço temporal, grande, pequeno, grosso, fino, etc. O segundo teria que desenvolver as habilidades necessárias à leitura e à escrita que seria introduzida mais tarde.

Mais uma vez o desafio estava diante de mim. Até então, não tinha uma coordenação pedagógica voltada para surdos, a que havia, na escola, nada entendia sobre educação especial. Diante do fato, resolvi arregaçar as mangas e começar a fazer um trabalho que realmente atendesse às necessidades dos meus alunos.

Foi uma tarefa árdua, já que eu não tinha experiência com classe especial. A única coisa que me favorecia naquela situação era meu diploma de pedagogia com habilitação em audiocomunicação, o que me atribuía poderes para assumir tamanha responsabilidade.

Como a sala era de pré-escolar, tracei um plano cuja estrutura iria adequar-se no dia a dia, de acordo com as necessidades que surgissem. Os alunos do primeiro nível "queimaram" etapas importantes para o desenvolvimento cognitivo, não desenvolvendo habilidades que, com certeza, trarão prejuízo durante sua trajetória na vida escolar. Já as do segundo nível me deram oportunidade de iniciar um trabalho adequado que correspondia às suas necessidades, de acordo com sua faixa etária.

Elaborei um trabalho baseado na linha socioconstrutivista, respeitando as etapas de desenvolvimento cognitivo pesquisadas por Piaget. A nova metodologia dificultava um pouco, já que os alunos vinham de uma prática escolar bem diferente, para não dizer

tradicional, obsoleta e arcaica. Como estavam acostumados simplesmente a reproduzir apenas o que lhes era passado, assumiam a postura de resistência para construir ou elaborar fosse o que fosse. Era tão grande a bitolação mental entre eles que o trabalho que um desenvolvia, todos reproduziam exatamente da mesma forma. Isso ocorria tanto nas atividades artísticas como em qualquer lição rotineira da aula.

Sei que estou me repetindo, mas é necessário frisar que não havia coordenador nem supervisor habilitados, nem na escola, nem na própria Secretaria que me ajudassem a proporcionar a necessária assistência à educação especial e, para mim, isso era um absurdo, porque, no meu entender, essa era uma atitude negativa, um descaso para com meus alunos. Por outro lado, a situação me favorecia, pois sem interferências ou opiniões metodológicas da escola, vi-me na obrigação de buscar soluções para meus problemas e dúvidas pedagógicas com as quais me deparava.

Com o primeiro grupo, iniciei um trabalho a partir das vogais em termos de identificação. Essa identificação se dava em um contexto e não isoladamente. Para essa atividade, eram utilizados jornais, revistas, pequenos textos, fitas de vídeo e muitos livros de literatura infantil. O resultado foi excelente e logo começou a surtir efeito positivo. No início do segundo semestre, os alunos passaram a identificar e relacionar palavras ao seu significado. Percebi então que o processo de alfabetização estava se manifestando e, então, parti para a alfabetização propriamente dita.

Neste intervalo, também foi introduzido o alfabeto digital, expressão facial, leitura labial, sons e pontos vibratórios de cada vogal. O material didático ajudou muito, pois dava oportunidade de se desenvolver um trabalho com muitos jogos.

Em matemática, os alunos não apresentavam qualquer dificuldade. Iniciamos com a identificação de números, correspondência entre os números e os numerais, contagem e depois partimos para adição e subtração. Tudo se desenvolvia primeiro no concreto, com muitos jogos, situações e práticas do dia a dia. Todo trabalho visava desenvolver a compreensão, o raciocínio lógico matemático, sendo que o resultado não foi difícil de ser atingido positivamente.

Muitas brincadeiras e situações foram elaboradas para auxiliar a compreensão e assimilação dos conteúdos dados, porém é bom salientar que meus alunos eram dotados de grande inteligência. O que me surpreendia era sempre que introduzia conteúdos novos, principalmente em matemática, eles não demonstravam nenhuma dificuldade para compreender. Também o fato de assimilarem um filme na íntegra, com profundidade e totalidade me deixava sempre surpresa. Trabalhei vários filmes com eles e quando realizávamos as tarefas referentes ao filme, todos se saíam muito bem e o retorno em termos de compreensão era fantástico.

Como no segundo bimestre foram atingidos os objetivos propostos para o quarto, refiz o planejamento, mesclando os conteúdos e, em algumas áreas, aprofundava um pouco mais, como por exemplo, em matemática. Com o passar do tempo, eu me surpreendia mais e mais com a capacidade de assimilação daqueles alunos, os quais eu achava o máximo e a incapacidade de ouvir, de forma alguma, não era empecilho para se tornarem grandes cidadãos, com enorme potencial de inteligência, responsabilidade, respeito e interesse pelo que faziam.

Com o segundo grupo, conforme citei antes, minha preocupação se limitava mais para desenvolver as habilidades necessárias, motoras, perceptivas e emocionais, como também a sociabilidade, já que quase todos estavam na escola pela primeira vez. Todo trabalho obedeceu aos estágios de desenvolvimento cognitivo dos alunos, por não terem uma faixa etária uniforme.

Os primeiros contatos com a linguagem escrita se deram através da escrita do próprio nome, trabalhando-se inicialmente a letra de forma e, posteriormente, a cursiva e a transferência de uma para a outra, aconteceu naturalmente por iniciativa deles próprios. Este grupo, a exemplo do outro, tinha bastante contato com a linguagem escrita de forma bem variada como jornais, revistas, livros paradidáticos e muitos livretos de literatura infantil, além de jogos com letras, dominós e etc.

Entre o terceiro e quarto bimestre, os alunos do primeiro grupo conseguiam realizar leitura com palavras simples e com significado contextual. Eles também conseguiam realizar autotitulos e

ditados ao vivo, tanto, através de figuras, como pelo alfabeto manual, muitas vezes usavam como suporte a leitura labial e expressão facial, quando me utilizara do método oral. Todos os recursos disponíveis que podiam auxiliar na aprendizagem deles, foram introduzidos e o resultado foi muito gratificante. Os fones de ouvido que só agora faço menção, também me ajudaram bastante no desenvolvimento de nossas atividades.

As aulas eram elaboradas de forma que se trabalhasse tudo que fosse necessário para um bom desempenho dos alunos. Experimentei iniciar as aulas com um exercício de relaxamento coletivo e no decorrer da mesma, utilizava músicas clássicas, com o objetivo de proporcionar-lhes calma e, mesmo não ouvindo as músicas, suas vibrações surtiam grande efeito e, com isso, conseguia manter a classe num nível harmonioso, tão necessário para atingir um grau mais elevado de compreensão no contexto em que estavam inseridos.

Estes dois fatores, o relaxamento grupal e a música durante as aulas, favoreceram cada vez mais entre as crianças o estabelecimento de prolongado equilíbrio entre elas, interferindo positivamente na maneira de se relacionarem num contexto mais abrangente, ou seja, não só em casa, como também com os amiguinhos, segundo depoimentos das mães. Isso para mim foi muito gratificante.

O ACONCHEGO

NÃO QUERENDO FAZER MÉDIA, UMA VEZ QUE TODOS SABEM QUE O salário do professor em qualquer parte deste rico país é indigno, injusto e incompatível com o valor do profissional educador. Já pensou se a relação professor/aluno formasse uma igualdade com a relação salário/professor? Há muito, o ensino, pelo menos nos moldes atuais, teria sido abolido do Brasil. Se levarmos em consideração o valor do nosso trabalho, em termos quantitativos, ou seja, pelo valor do nosso salário, nos situaremos apenas como meros colaboradores do sistema educacional. Para sobreviver com dignidade no sistema capitalista em que estamos inseridos, o professor precisaria “vender” suas aulas, e não “dá-las” como nos expressamos no dia a dia. Quem ainda não ouviu um professor falar que vai “dar” aula? É evidente que essa frase tem tudo a ver com o seu irrisório salário.

O que atenua muito essa degradante situação é o amor que tinha pela profissão e, principalmente, o afeto desenvolvido para com meus alunos. Da minha relação com eles, nasceu uma grande simpatia que muito me satisfazia. O fato de poder todos os dias estar com eles durante cinco horas era motivo de alegria e muito me motiva no trabalho. Em outras circunstâncias, esse fato poderia ter sido tedioso, tanto para mim como para eles. O tempo era aproveitado de forma muito construtiva e nesse decorrer, além de trabalhar as atividades pedagógicas curriculares que precisavam ser desenvolvidas, nosso tempo também era ocupado com peças teatrais que, de início, eram encenações do dia a dia deles. Tudo começou quando eles chegavam cheios de entusiasmo e contavam o que havia ocorrido em casa, num

passeio e etc. Com isso, eu comecei a perceber que naqueles momentos que esboçavam suas experiências, eles se preocupavam em expor o que “diziam” com a maior clareza possível, foi aí que tive a ideia de organizar uma peça teatral. Depois, fui desenvolvendo outros temas de importância para eles.

A ARTE COMO ENVOLVIMENTO SOCIAL



Imagem 1 - Peça "Divina Terra". Elenco: Allan, Paulo, Fábio, Diego, Silvana, Vanessa, Gislaine, Aline e Renata

Fonte: Foto de Irene Ponciano.

UMA PEÇA DE TEATRO FOI A FORMA QUE ENCONTREI PARA ENVOLVER as crianças com as questões do meio ambiente. O objetivo da peça foi de contar a história da poluição do nosso planeta Terra, que

quase sem vida é ajudado pelos outros planetas a se recuperar e, assim, ele volta a brilhar e a cumprir sua função no Sistema Solar. Na história, o Sol foi quem teve a ideia de salvar a Terra. Cada criança representava um planeta, além do Sol e da Lua. Foi uma peça muito bonita que chamou a atenção do colégio inteiro.

A experiência com minhas crianças surdas encheu ainda mais meu peito de amor e de orgulho, aumentando a admiração e o respeito por aqueles pingos de gente, tão bem entrosados entre si, contagiando a todos.

Entre os alunos, havia grande preocupação de cooperação em qualquer circunstância ou ocasião, e isso eu achava incrível! Dificilmente, surgia qualquer tipo de desentendimento entre eles e, quando raramente acontecia, logo os demais cuidavam para que o desentendimento se encerrasse com desculpas e, muitas vezes, até com beijinhos, uma das regras estabelecidas com a participação de todos, que cumpriam rigorosamente, e isso acontecia sem nenhum constrangimento por parte deles.

Na ocasião do Dia das Crianças, ensaiamos uma música para apresentação. Esta música, trabalhada e ensaiada com muito cuidado e dedicação, falava exatamente da troca do amor, da fraternidade, do respeito que devemos ter uns para com os outros. No final, todos se abraçavam e se beijavam fraternalmente em agradecimento mútuo.

A todo o momento, era perceptível da parte deles atitudes que deixavam transparecer o amor e respeito que sentiam por mim. Muitas vezes, encontrava, na minha mesa ou dentro das gavetas e até na minha bolsa, balas, bombons ou lembrancinhas que eram colocados por eles para me fazer surpresa. O interessante era que nenhum deles se identificava como sendo a pessoa que me presenteou, só para manter um gostoso clima de suspense. Eu nunca fiquei sabendo, exatamente porque era tudo muito bem combinado entre eles. Outras vezes, escondiam minhas coisas só para ganhar beijinhos, todos iam “procurar” e, no final, cada um deles ganhava um abraço e um beijo.

Interessante também eram as mímicas e imitações que eles faziam de mim. Esses momentos aconteciam, sempre que eu precisava sair da sala, e ao retornar, lá estava um “pingo de gente” sentado à minha mesa, usando meus óculos. Em outras ocasiões (sempre usando

meus óculos), eu surpreendida porque um deles fazendo o papel de professora, explicando a lição à classe. Se percebessem que eu não estava bem, todo esforço era feito para que eu não fosse incomodada e todos ficavam de cabecinha baixa, tristes se entreolhando e, de vez em quando, um se levantava e se dirigia até a minha mesa, acariciava-me os cabelos e perguntava se eu já estava melhor.

Todos os dias, no final da aula, a sala era varrida, as mesinhas limpas com álcool e todos faziam questão de limpar até os meus sapatos. A noção de higiene era coisa séria para eles. Essas ações partiam da iniciativa deles, o que me deixava muito feliz, muito embora nas regras estabelecidas juntamente com eles, uma delas era deixar a sala como encontramos, ou seja, limpa e arrumada. É claro que isso foi construído no decorrer do tempo e, aos poucos, tornou-se rotineiro para eles.

Quando sobrava tempo no final da aula, para descontrair, sempre brincávamos de imitar uns aos outros. A brincadeira era muito divertida porque a criança que estava sendo imitada procurava as mais variadas situações para dificultar a imitação, era algo muito criativo e excelente para desenvolver a expressão corporal e facial. Essa “brincadeira” era de fundamental importância para que eles trabalhassem a desinibição. Outras vezes, brincávamos de fazer caretas e cada um tinha que fazer uma careta diferente do outro. O que fizesse a careta mais feia vencia a competição, e o prêmio era ficar até o final da aula no meu colo. Isso era muito gostoso.

Falar sobre essas coisas pode parecer bobagem, mas foi realmente muito significativo para mim e, principalmente, para eles. E foi através dessa interação que conseguimos dar grandes passos no que se refere ao desenvolvimento educacional e social. Considerando que essas crianças foram encontradas por mim, na sua maioria, inibidas e sem motivação alguma, para desenvolver um trabalho pedagógico. Tenho o exemplo de duas alunas de quatro anos e de um aluno de seis, que de início, eram bastante lentos e displicentes, e todos esses problemas foram diminuindo consideravelmente e, no decorrer do ano, tornaram-se visíveis o avanço e a desenvoltura deles.

A MÚSICA CLÁSSICA E SUA INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO DAS CRIANÇAS SURDAS

EM AGOSTO DE 1996, FUI CONVIDADA PELA DELEGACIA DE ENSINO (DE) de Carapicuíba-SP para proferir uma palestra sobre Musicoterapia para os professores. Esses professores faziam parte do Projeto de Aceleração. Foi um acontecimento muito especial para mim. No momento em que acertávamos o horário e outros pormenores que envolviam o assunto, fui informada que participariam aproximadamente vinte pessoas, um número razoável para eventos dessa natureza.

Chegando ao local na data e hora marcada, esperavam por mim aproximadamente 70 pessoas ligadas à educação, entre professores, coordenadores, supervisores e diretores, todos pertencentes à Rede Oficial de Ensino do Estado, também havia alguns envolvidos nas artes, música e teatro. O sucesso do meu trabalho com música, já havia transposto os muros da escola que eu lecionava, e isso para mim foi muito gratificante.

A palestra foi direcionada no sentido de auxiliar os professores a introduzirem em suas aulas a música como instrumento de trabalho, para assim conseguirem alcançar resultado mais positivo com seus alunos. Esses alunos enfrentavam sérios problemas de aprendizagem, por serem repetentes da mesma série por diversas vezes. Na ocasião, expus para o grupo minha experiência de trabalho com a música clássica na classe especial com crianças surdas. Além da palestra, fizemos um exercício de relaxamento e uma vivência com vários estilos musicais, para que ficasse claro como os mais variados

ritmos e estilos têm influência no comportamento geral das pessoas e, conseqüentemente, estimulando de forma positiva ou negativa, dependendo do tipo da música. Os momentos finais desse encontro foram reservados para que os participantes pudessem tirar dúvidas, fazendo suas perguntas e, também, relatando suas experiências na vivência.

Esse era um momento importante para expor as minhas experiências com a música clássica, porque as respostas dos meus alunos comprovaram que desenvolver um trabalho elaborado e direcionado com a música, além de provocar efeito relaxante, favorecia também a concentração e a harmonia entre eles e, por conseguinte, fortalecia cada vez mais nosso relacionamento, contribuindo também para que os conteúdos fossem assimilados de forma mais rápida e criativa.

Entendo que a música seja fundamental na sala de aula, pois além de descontrair, deixa o educando mais receptivo para seu desenvolvimento integral em todas as suas expressões. A música abre um leque para o professor como instrumento de trabalho significativo para a utilização no seu dia a dia.

Apesar dos meus alunos não ouvirem, era importante o trabalho com a música, porque desenvolvia neles a noção de tempo e ritmo, uma vez que eles conseguiam perceber suas vibrações. Em nossas aulas, eu trabalhei vários tipos de música e, de acordo com seu ritmo, os alunos se soltavam completamente, e assim eles desenvolviam melhor a expressão corporal através dos movimentos do corpo.

Algumas músicas trabalhadas, suas letras eram aproveitadas para representar fatos da natureza em forma de dramatização, como também temas sobre valorização e respeito ao próximo e ao meio ambiente, etc. Como “Planeta Água” de Guilherme Arantes e “Como Uma Onda no Mar” de Lulu Santos.

As músicas clássicas estavam sempre presentes nas minhas aulas, por terem vibrações suaves. Essas vibrações eram sentidas pelas crianças, através da “via óssea” e, mesmo a esse nível de percepção, o ambiente se tornava tão harmonioso que podia ser sentido profundamente também “via coração”. Tanto que alguns professores de classe comum sempre davam uma passadinha por lá para, segundo eles, sentirem aquele ambiente gostoso que minha sala transmitia.

O dia a dia com música me levava a algo mais. A minha seleção musical para trabalho absorvia também músicas específicas para relaxamento. Foi então que percebi que as músicas da cantora Enya, além de acalmarem, estimulavam o intelecto, favorecendo consideravelmente as atividades intelectuais. Quando a sala estava sob o efeito das músicas dela, era notório o quanto os alunos se mostravam mais receptivos e criativos. Já as músicas do musicoterapeuta e professor Valter Pini, além de complementar o efeito das músicas de Enya, tornavam os alunos mais solidários entre si.

Atribuo grande parte do sucesso do meu trabalho em sala de aula a musicoterapia. Trabalho esse que foi aplicado, simultaneamente, junto às atividades pedagógicas, criteriosamente elaboradas.

A MÚSICA COMO ALIADA DA PEDAGOGIA

Educação integral do ser – Transcendendo o conhecimento acadêmico.

Equilíbrio entre corpo e mente – Controle das emoções, maior aquisição de conhecimento.

Equilíbrio interior e meio ambiente – Respeito a si, aos outros e ao meio em que vivemos.

O SÉCULO 21, AO BATER ÀS NOSSAS PORTAS, TROUXE CONSIGO INÚMERAS exigências de mudanças e transformações. Os novos paradigmas no campo da educação mostram a necessidade de novos modelos educacionais que venham atender às necessidades interiores e exteriores de educadores e educandos, substituindo, assim, conceitos restritos que trazem como resultado uma visão e modo de pensar limitado. A educação precisa evoluir no sentido de encontrar meios, através de conceitos mais abrangentes e universais, para assim ascender rumo à unidade do ser favorecendo, um mundo interdependente, porque toda mudança passa pela educação.

A introdução da música no sistema educacional abrange, principalmente, os que estão ligados diretamente ao processo ensino/aprendizagem que, com certeza, vivenciarão, de forma plena e integrada, as vibrações que podem ser usadas para liberar desequilíbrios no organismo humano. Os efeitos relaxantes da música, além de criarem condições para eliminação de bloqueios emocionais básicos, eliminam o “stress” e favorecem o crescimento integral do indivíduo.

PROCEDIMENTO DA VIVÊNCIA

- 1 - Confraternização – troca de energia (equilíbrio);
- 2 - Expressão Corporal – liberação de emoções;
- 3 - Expansão e Concentração – introspecção;
- 4 - Relaxamento – liberação de tensões.

EFEITOS PROVOCADOS PELA MÚSICA

A música é tão antiga quanto à humanidade. Os efeitos terapêuticos causados pela música foram descobertos em épocas longínquas, em que os primeiros relatos foram encontrados, nos papiros médicos egípcios, pelo antropólogo inglês Flandres Petrie, por volta de 1899.

MUSICOTERAPIA – ou terapia através da música – vem, há algumas décadas, trazendo uma grande contribuição para aqueles que vivem em grandes cidades e que buscam o equilíbrio entre o corpo e a mente. Também procurada pelos profissionais de um modo geral, principalmente, da medicina e terapeutas em geral.

A musicoterapia visa ativar e explorar a parte sonoro-musical do ser humano, utilizando o **SOM**, o **RITMO** e o **MOVIMENTO** e, assim, abrir os canais de comunicação, tanto a nível consciente quanto inconsciente e assim:

- Proporcionar atividades musicais lúdicas sugestivas para a desinibição;
- Liberar tensões, ansiedade e emoções através de **SONS**, **RITMOS** e **MOVIMENTOS**;
- Fornecer exercícios que estimulem a consciência corporal;
- Proporcionar condições de relaxamento, através de vivências e utilizando o corpo como ferramenta:

SOM – Produzido pelo coração, pulmões, intestinos e principalmente pelo aparelho fonador;

RITMO – Cerebral, cardíaco, respiratório, peristáltico, do andar etc.;

MOVIMENTO – Das células, do sangue, dos músculos e dos

nervos, entre outros;

Natureza – Universo: Macrocosmo/Microcosmo.

Tudo no universo encontra-se em perfeita harmonia, seguindo os mesmos princípios: o ar, a terra e os mares possuem uma onda ou ritmo de pulsação.

As transformações causadas pelas mudanças exigidas pela forma de vida que levamos atualmente se apresentam no âmbito exterior e interior. As mudanças exteriores estão ligadas aos afazeres cotidianos. Para conciliarmos isso, somos presenteados com o esgotamento físico, mental, o stress, a ansiedade e o desequilíbrio emocional, até depressão. A mudança interior ocorre quando sentimos a necessidade de encontrar o equilíbrio entre o corpo e a mente. O indivíduo procura dentro de si a harmonia e a paz tão desejada, e quando isso acontece, ele se modifica e, ao mesmo tempo, modifica o meio em que vive.

A ânsia pela paz interior tem sido manifestada de várias formas. No Brasil, a exemplo de outros países e continentes, como Estados Unidos, Japão, Europa entre outros, é crescente a procura pela música clássica e *new age*. Esses estilos musicais levam os indivíduos a um estado mental relacionado à meditação, estado de alerta e aprofundamento da consciência.

A música também pode ser uma forma de expressão não verbal. Ela é percebida, principalmente, através do aparelho auditivo, seguindo da canalização para o cérebro, para a região de respostas emocionais, algumas com associação ao sistema líbido. Podemos dizer que a música ajuda a estimular a imaginação, a intuição e a criatividade, agindo na integração dos hemisférios direito e esquerdo do cérebro.

Normalmente, o dia a dia do professor é muito agitado, principalmente quando as salas de aula são numerosas e, conseqüentemente, com muitos problemas a serem resolvidos. A busca é constante por soluções que venham a contribuir de forma positiva na aprendizagem e comportamento das crianças. Contudo, há muito esforço e pouco resultado. Será que não chegou a hora de se preocupar um pouco mais com o bem-estar do educador? Como o professor está se sentindo hoje? No vira e mexe do fracassado sistema educacional,

sempre se atribuiu a responsabilidade do fracasso ao professor.

A exemplo da escola, a Musicoterapia vem sendo usada também em empresas, com efeitos positivos. Grupos empresariais vêm se utilizando dessa atividade, antes de iniciarem suas reuniões, com o objetivo de atingir um estado de calma e, assim, perderem menos tempo tentando entender o ponto de vista dos outros. Depois desses momentos de silêncio, o grupo fica bem mais coeso. Usando-se a música como objetivo principal para criar uma harmonia silenciosa e, depois, como um suave acompanhamento de fundo, aumenta consideravelmente a produtividade e desempenho de qualquer profissional que se utilize desse método. Terapeutas, psicólogos, psiquiatras, entre outros, vêm lançando mão da música no acompanhamento de seus pacientes e o resultado tem sido excelente.

Portanto, a música e seus ritmos, refletem a própria pulsação da vida, uma vez que, mesmo sem percebermos, o som e o ritmo do nosso organismo, funcionam harmoniosamente e de forma involuntária, para atender as nossas necessidades fisiológicas, e na mesma proporção em que respondemos aos ritmos da música, engajamo-nos nos sons e ritmos do universo, e entrando em ressonância com eles, a energia da vida, e a criatividade flui através de nós.

A crise que a humanidade vem passando, como já foi citada anteriormente, tem inúmeras causas, sendo a principal delas a fragmentação do indivíduo como Ser. Temos a tendência de buscar respostas para os nossos problemas lá fora, bem longe de nós. No entanto, nossa capacidade interior fica desprezada, com todas as respostas a serem dadas.

A introdução da música no sistema educacional traz inúmeros benefícios, principalmente, para aqueles que estão ligados diretamente ao processo ensino/aprendizagem. Estes, com certeza, vivenciarão de forma plena e íntegra a energia vibracional que pode ser usada para descobrir e liberar desequilíbrios no organismo, desequilíbrios esses adquiridos no seu trabalho. Os efeitos relaxantes da música, além de criarem condições que revelam e removem bloqueios emocionais, também eliminam o stress, o que favorece o crescimento integral do indivíduo.

EXERCÍCIO INDIVIDUAL

Para liberar as tensões do dia a dia, faça o seguinte exercício: procure ficar a sós e providencie um momento para não ser interrompido. Para melhor efeito use música que contenha sons da natureza. Sente-se, ou deite-se confortavelmente, deixe o corpo relaxar, à medida que se concentra na sua respiração e relaxe. Imagine-se em um lugar calmo e agradável junto à natureza. Esse lugar pode ser real ou imaginário. É nele que você se sente tranquilo e protegido.

Mentalmente olhe em volta e perceba todos os detalhes do lugar, imaginando, que é todo seu. Permita que esse lugar vá se tornando real, cada vez mais real. Sinta a temperatura ambiente... Sinta uma fragrância no ar... Observe como a luz brinca por entre as folhagens... Comece a ouvir os sons deste lugar pleno de calma e de paz, deixe passar vários minutos nesse estado – aqui o tempo não existe – sinta-se entregue. Quando sentir-se pronto ou com vontade de retornar às suas faculdades objetivas, dê uma última olhada ao redor deste lugar que é só seu, e deixe sua consciência voltar para o mundo objetivo. Toque cada parte de seu corpo muito suavemente. Retorne a sua consciência, mexendo com os dedos dos pés, das mãos, mexendo a língua e devagar abra os olhos.

A partir do momento que você criar na consciência esse lugar, ele estará à sua disposição a qualquer momento do dia ou da noite. Só precisa desejar estar nele. Se desejar pode criar um símbolo que represente o lugar, e usá-lo para lá voltar outras vezes também.

EXPERIÊNCIA COM OUTRA REALIDADE

Logo após a palestra, fui convidada para trabalhar junto àquela Delegacia de Ensino no Município de Carapicuíba. Cogitei sobre o assunto durante um mês para me definir. Estava diante de outro dilema. Por um lado, uma nova oportunidade, pois, além de permanecer em sala de aula, também passaria a ministrar palestras e cursos naquela região, mas, por outro lado, seria privada dos meus adoráveis alunos, interrompendo, assim, um trabalho bem elaborado que vinha sendo construído dois lados (professora e alunos), com tanto carinho e dedicação.

O espírito de mudança falou mais alto, resolvi partir em busca de

novos desafios. Afinal, a vida é mudança contínua em todos os sentidos, se não a compreendermos assim, ela ficará totalmente desprovida de qualquer sentido e significado, sem perspectiva para se alcançar ou atingir novos horizontes que, minuciosamente, entre lágrimas e risos, dores e alegrias, vamos vencendo os novos desafios e, o mais importante, nos enriquecendo com novas experiências.

Aceitei a proposta. Despedi-me dos alunos com muita astúcia e cuidado, para que a emoção não tomasse conta de nós, contudo, as lágrimas foram inevitáveis de ambos, tanto minhas como deles. Recebi muitos presentes e elogios por parte das mães e, nesse clima, parti para trabalhar com as crianças ditas “normais” em uma classe da 3ª série, composta por 48 alunos, foi uma mudança radical. Senti-me como se, de repente, estivesse deixado o aconchego do meu lar, o carinho e o conforto da minha família, para ir morar sob um viaduto, sofrendo todo tipo de desconforto e dependendo da boa vontade dos outros para me alimentar. A experiência foi simplesmente terrível!

A nova sala de aula, além de superlotada, era por demais barulhenta e suja, um lixo total e, para completar o deprimente quadro, era tão pequena que não ficava espaço para eu me movimentar e chegar mais perto das crianças, porque a sala era organizada em seis grupos de oito crianças. Era praticamente impossível se trabalhar qualquer conteúdo naquelas circunstâncias, pelo menos para mim.

Aproveito a oportunidade para parabenizar todos os professores da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo, por serem capazes de desenvolver seu trabalho com um “enxame” de crianças sendo, na maioria das vezes, sem qualquer estrutura condizente com o trabalho de educador. Aquele lixo me deixava revoltada e a falta de respeito e descaso com aqueles alunos que deixavam suas casas, pobres, mas, com certeza, limpas em relação àquela escola. Isso intensificava ainda mais a minha repulsa e revolta.

Passar quatro longos anos cursando uma faculdade de Pedagogia, estudando, me dedicando, me aperfeiçoando, para isso? Era demais para mim, trabalhar num ambiente que estava mais para depósito de lixo do que para escola! Recusei-me terminantemente a entrar na sala e procurei a direção para que me explicasse o motivo de tanto descaso e a resposta, que obtive, foi que a escola dependia apenas de

quatro serventes, duas ficavam no período da manhã e duas no período da tarde. A resposta não me convenceu e na primeira semana de aula me recusei a entrar na sala se ao menos ela não fosse varrida.

A sujeira das salas de aula contrastava com a sala da diretoria, que em termos de limpeza não deixava nada a desejar, além de ser modernamente equipada, com computador, fax, xerox, secretária, água mineral e cafezinho, entre outras mordomias para a época. Não tinha nada a ver com a deprimente realidade que os professores e os alunos enfrentavam no dia a dia. A imundície e o mau cheiro dos banheiros deixavam qualquer um doente e para complementar, a merenda era de péssima qualidade. Que experiência dura foi aquela! Imagine um ambiente escolar nestas condições, o que tem para oferecer a comunidade escolar que a frequenta! Em uma realidade como essa, é muito difícil para um professor realizar um trabalho que vale a pena, por mais que ele se esforce.

A escola tinha uma boa proposta pedagógica, mas era inviabilizada pelos seguintes fatores: grande número de alunos, falta de condições de trabalho, material didático insuficiente para os alunos, entre tantas outras limitações. Era notório o pouco rendimento escolar que, de início, atribuí ao grande número de alunos por classe, mas depois percebi que além desse fator, existiam outros relacionados, principalmente com o desrespeito da escola para os alunos e dos alunos para com a escola, o que era de se esperar num ambiente assim, tão desprovido de dignidade para a sua razão de ser.

A criança por mais pobre e humilde que seja não pode se sentir bem numa escola em que tudo vai mal, onde ela não é bem acolhida e nem respeitada como ser humano em formação. Imagine que motivação tem uma criança que acorda cedo, faz sua higiene matinal, toma seu café e vai para a escola e, ao chegar lá, é jogada em uma sala apertada, e suja, fazendo parte de um deprimente aglomerado de crianças que, devido às circunstâncias, a única coisa que lhes restava fazer seria interagir de forma negativa com o ambiente, seria protestar fazendo uma ensurdecidora algazarra, porque seus sonhos e esperanças no futuro estavam sendo desfeitos por aquela realidade que mais parece ser um pesadelo.

O que essa escola oferecia aos alunos? Seguramente oferecia o

exercício do descaso, do desrespeito e o abandono. Tal escola não era adequada com um ensino de qualidade. Mais uma vez ficava só na promessa dos políticos corruptos e enganadores que eleição após eleição se beneficiam dessa situação, ou seja, de um povo cada vez mais oprimido em suas aspirações e necessidades mais básicas porque a escola tem se tornado um ambiente onde pouco ou quase nada tem a oferecer no que se refere ao seu papel.

Confesso que essa não foi das melhores experiências que tive, mesmo assim, dentro das condições desumanas às quais eu estava envolvida junto com aqueles alunos, procurei fazer do trabalho um lazer, pois tudo era uma questão de postura ou direcionamento mental. Passei a direcionar minha mente para minha nova realidade, que nada tinha a ver com a anterior, para encontrar uma forma de trabalho que pudesse mudar um pouco a realidade daquelas crianças tão carentes de afeto, respeito, conhecimento e de uma aprendizagem realmente digna.

Mais uma vez, eu estava diante de um “problemão”. Era uma situação completamente desfavorável com o contexto educacional necessário, para se desenvolver um trabalho pedagógico que surtisse efeito. Como estávamos na semana da Pátria, as atividades foram desenvolvidas de forma coletiva, com as outras séries e isso facilitou um pouco o meu processo de adaptação. Também recebi grande apoio por parte dos professores da escola. Tudo isso aconteceu em apenas quatro dias de trabalho.

Na semana seguinte, voltei à escola que trabalhei anteriormente, pois precisava pegar alguns documentos para efetivação da minha transferência e, para minha surpresa, a diretora me convidou para voltar. Devido à falta de professor habilitado, meus ex-alunos estavam sem aula. Nesse caso, eu não pensei duas vezes e aceitei o convite imediatamente, com muita satisfação e, comovida e emocionada, voltei para meus alunos surdos e fui muito bem acolhida mais uma vez por eles, pelos seus pais e demais colegas de trabalho. Para minha alegria e dos alunos, lá estava eu outra vez, retomando ao trabalho até o final do ano.

TERCEIRA PARTE

O TRABALHO COM ADOLESCENTES SURDOS

RESOLVI FAZER UM CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA UNIVERSIDADE de São Paulo (USP) só que, infelizmente, ele aconteceria no meu horário de trabalho. Na época, esse curso seria muito importante e resolvi negociar meu horário com a diretoria da escola, pois para frequentar o curso, precisaria lecionar no período da manhã. O curso que pretendia fazer era também de interesse da escola o que não foi difícil a negociação.

Depois de negociada a transferência de horário, a direção entendeu minha situação, mas insistiu para que eu assumisse a turma da manhã, que era composta por adolescentes surdos, já que a professora que até então estava com eles havia solicitado transferência para uma escola mais próxima à sua residência. Para mim o ideal mesmo seria transferir meus alunos para o período da manhã, porque assim eles permaneceriam comigo, todavia isso não foi possível, o que muito me deixou chateada, e mais uma vez a contragosto, eu teria de deixá-los.

Por essa razão, não aceitei de imediato a proposta para assumir a turma de adolescentes, pois segundo a professora retirante, esses alunos "davam muito trabalho", o que foi confirmado pela própria diretora. Alguns alunos apresentavam comportamento difícil de ser trabalhado, Além de demonstrarem pouco, ou mesmo nenhum interesse pelas atividades escolares.

Particularmente, eu não gostava de trabalhar com adolescentes e isso me influenciou negativamente ainda mais. A princípio, eu achei que não ficaria satisfeita em trabalhar com aqueles alunos. Mas, na

verdade, o principal motivo era que eu não queria me separar dos meus queridos alunos do pré-escolar.

Mesmo não lecionando no turno da manhã, eu ia sempre à escola porque fazia um trabalho de orientação pedagógica junto aos professores das “classes comuns” das séries iniciais. E sempre que sobrava um tempo ia até a “classe especial” para conversar um pouco com a professora e aproveitava para conversar com os alunos e, assim sendo, continuei mantendo uma relação amistosa com eles.

Mesmo depois de combinado com pais e alunos a minha mudança de horário, a direção insistia para que eu assumisse a turma da manhã, com o pretexto de que o padrão de comportamento negativo que a maioria dos alunos apresentava, poderia ser transformado pelo meu trabalho, e isso não teria grandes problemas porque, de alguma forma, eles já mantinham um relativo contato comigo que, provavelmente, facilitaria o prosseguimento das aulas de forma amistosa e satisfatória, uma vez que, no caso da minha não aceitação, a professora que ocuparia a vaga era inexperiente com esses alunos que precisam de uma assistência especial.

Com a intensão de fazer o curso na USP, não me restou alternativa, senão acatar a proposta da direção e, assim, iniciei minhas aulas com os alunos adolescentes no período da manhã. No início, senti-me completamente deslocada e sem jeito para lidar com eles. O processo de adaptação foi difícil para mim e para eles, que estavam acostumados com a professora retirante, uma vez que a maioria deles estudava com ela desde criança.

Os alunos mais “complicados” ficaram ainda mais complicados, apresentando agressividade e nervosismo entre eles e, inclusive, comigo. Um deles resolveu não fazer absolutamente nada, nem tão pouco atender qualquer solicitação que eu lhe fizesse. Ele chegou ao ponto de rasgar e jogar no lixo as atividades que eu o solicitava fazer. Mas em pouco tempo, mesmo com essas dificuldades, fui tocando meu trabalho e se, por um lado, as coisas se complicavam, por outro, eu já estava conseguindo equacionar alguns problemas de sala de aula, inclusive no que tange ao aluno rebelde.

No que diz respeito a este “aluno-problema”, solicitei a presença de sua mãe para expor as “medidas punitivas” que seria obrigada a

adotar, caso seu filho não melhorasse o comportamento. Minha estratégia se desenvolveu da seguinte forma: Resolvi “ignorá-lo” completamente. Meu propósito era passar-lhe a impressão de que eu não me importava se ele fazia ou não as lições. Para que não ficasse dúvida do meu propósito de melhorar a situação do aluno, sua mãe foi informada e concordou plenamente com a minha iniciativa. Com o tempo, o aluno em questão, ao perceber que eu o “ignorava”, teve uma reação mista de surpresa e nervosismo, e o fato de eu me manter na atitude de indiferença em relação ao seu comportamento deixava-o ainda mais intrigado.

Segundo sua mãe, ele era e ainda continuava sendo muito mimado por ela e pela professora que me antecedeu, todavia ela se mostrou disposta a cooperar comigo para ajudar a resolver, ou pelo menos, amenizar o problema. Minhas aulas eram bem animadas e todos se envolviam, exceto ele, pois o propósito era “deixá-lo de fora”. Às vezes, ele pedia insistentemente para fazer lição, mas mantinha-me inflexível e utilizava essas oportunidades para conscientizá-lo de que se realmente ele quisesse estudar, de forma alguma teria rasgado as lições que havia lhe dado anteriormente.

No decorrer da primeira semana, o meu relacionamento com esse aluno deixou muito a desejar e, na semana seguinte, ele não quis mais frequentar a escola, sua mãe me procurou para, juntas, tentarmos equacionar o problema. Decidi que seu filho precisava ficar uns tempos em casa para poder sentir falta da escola e que, com certeza, logo desejaria voltar, o que realmente aconteceu. Quando ele retornou, notavam-se visíveis modificações em seu comportamento e, felizmente, para melhor! Mais à frente, tecerei outros comentários a esse respeito.

Com relação à turma, aos poucos fomos superando as diferenças e nos adaptando à nova realidade. Contudo, o processo foi lento. Minha primeira preocupação foi fazer uma sondagem para poder detectar o nível de aprendizagem, e o resultado não foi nada satisfatório.

Em se tratando do comportamento, eles apresentavam problemas de difícil resolução e, em termos de aprendizagem, a situação não era muito diferente. O resultado da minha sondagem mostrou que eles estavam longe de apresentar um percentual positivo de apreensão

de conteúdo (conhecimento), o que me preocupava pelo fato de eles frequentarem a escola já há tanto tempo. O que mais me chamou a atenção foi a organização de seus cadernos, dignos de elogios pela caligrafia e em todas as disciplinas, mas, infelizmente, eram meros desenhos que para eles nada significavam.

Por ser uma turma multi-seriada, havia algumas disparidades nos níveis de aprendizagem, porém a faixa etária dava oportunidade para ser feito um trabalho melhor do que até então havia sido feito, bem mais elaborado e atualizado, pedagogicamente falando.

O PERFIL DA TURMA

AO TODO ERAM NOVE ALUNOS COM IDADE ENTRE ONZE E DEZESSEIS anos, excetuando-se um, que tinha vinte e três anos. Do ponto de vista pedagógico, a turma deixava muito a desejar em termos de aprendizagem. Entre as meninas, apenas duas sabiam “ler” palavras bem simples, como, por exemplo, pato, papai, vovó, mamãe. No entanto, se estas mesmas palavras estivessem inseridas em outro contexto que não no caderno ou na lousa, elas seriam incapazes de identificá-las. Já os meninos não sabiam ler absolutamente nada, o que contrastava com seus cadernos impecáveis e “bem escritos”. Eu corrigia tudo minuciosamente e não encontrava um mínimo erro sequer. A repetição começava pela correção. Era tudo igual. Comecei então a questionar o porquê daquele absurdo, e percebi que tudo era copiado (desenhado) fielmente. Eles eram simples copistas. Perguntas e respostas, tudo era cópia, não tinham o menor entendimento do que estavam fazendo! E agora, que atitude tomar?

Em termos de comportamento apenas dois alunos, uma menina e um menino, apresentavam conduta adequada, o restante apresentava um comportamento que nada tinha a ver com a realidade escolar e precisava com urgência iniciar um grande processo de transformação. Sem assessoria pedagógica, eu tinha dúvidas se obteria resultados positivos. Que desafio!

A única preocupação de um aluno de dezesseis era em plena sala juntar a galera dele e ficarem folheando revistas que exibiam mulheres nuas e/ou pornografia. Em outros momentos, ficava descrevendo as meninas “sensuais” da escola. Estudar era a última coisa que lhe

interessava e, como se não bastasse, incentivava os mais novos a seguirem o seu reprovável comportamento. Já o rapaz de vinte e três anos era muito aplicado e sua preocupação se focava na ordem e organização, não só da sala de aula, mas da escola inteira. Ele agia como se fosse funcionário da escola, pois, com muita seriedade, assumia a função de “porteiro” e, quando em sala de aula, cuidava dos aparelhos eletrônicos, como o aparelho de som, a televisão, os fones de ouvido, inclusive, consertando quando algum aparelho resolvia não funcionar.

As meninas não ficavam para trás, duas de doze anos além de rebeldes, estavam sempre se metendo em encrenca, isso acontecia na sala de aula e, também, com as meninas ouvintes da escola. Tudo por causa de ciúmes porque os meninos surdos preferiam “paquerar” as meninas ouvintes, deixando-as de escanteio. A confusão era simplesmente terrível! As provocações das meninas eram constantes em sala de aula, com roupas curtas, gestos e posições sensuais e lá estava eu tentando conciliar a situação através do diálogo, mas os resultados eram inexpressivos.

Diante dessa situação, resolvi fazer uma reunião de pais com a participação dos alunos para que eles ficassem cientes das resoluções que seriam tomadas e que determinados pais ficassem sabendo que seus filhos não eram os “anjinhos” que imaginavam. Ao final da reunião, ficaram estabelecidas as normas que vigorariam a partir de então. Todos ficaram cientes das mudanças que seriam implantadas e sobre as responsabilidades de cada um a partir de então e da turma em geral.

Uma das pautas da reunião era a educação familiar e o grau de responsabilidade dos pais no contexto educacional. Na ocasião, levantou-se também a questão das roupas das meninas. Será que as roupas justas, curtas e decotadas que usavam estavam sendo adequadas para frequentarem as aulas? Sei que a postura que assumi não era nada simpática ou amistosa para os pais, principalmente porque fiz questão de salientar até onde ia minha responsabilidade como professora e onde se iniciava a deles como pais. E assim encerrei minha fala dizendo com relação a essa questão que se cada um assumisse a sua parte, os problemas poderiam até deixar de existir.

Esclareci, também, que a minha metodologia de trabalho se diferenciava totalmente da forma como a professora anterior trabalhava e contava com a colaboração de todos, no sentido de apoiarem e contribuírem como parceiros, o que era de fundamental importância para que seus filhos viessem a se beneficiar em termos de aprendizagem e na sua formação como cidadãos. Enfim, todos assumiram a parceria.

Enquanto dialogávamos, percebi uma insatisfação generalizada por parte dos pais. Entre um momento e outro, eles desabafaram suas insatisfações por verem seus filhos permanecerem, há tanto tempo na escola, e ao mesmo tempo, não apresentarem evolução alguma. Parecia até que a escola funcionava como um depósito de surdos. Alguns disseram que só não tiravam seus filhos da escola porque não tinham outra na redondeza. Havia uma preocupação com o futuro de seus filhos surdos que, apesar de estarem na escola há alguns anos, eles não viam mudanças significativas com relação à aprendizagem. O futuro desses adolescentes estava nublado, pois estavam despreparados, sem qualquer qualificação para mais tarde se inserirem no mercado de trabalho.

Os pais observavam que seus filhos continuavam analfabetos e nisso eles tinham razão. Num futuro próximo, o que será deles sem condições de competirem com igualdade na formação social e profissional. Obviamente, sem a necessária preparação, o futuro promissor para eles simplesmente não existiria. Diante dessa dura realidade, comprometi-me em realizar um trabalho visando ao desenvolvimento social e intelectual desses alunos e futuros cidadãos.

Agora lá estava eu, diante de uma turma com aproximadamente oito anos de escola, tendo de começar meu trabalho com eles praticamente do zero! Parti do pressuposto que muitas etapas da aprendizagem haviam sido queimadas. Não pensei duas vezes e comecei a trabalhar os conteúdos necessários desde a pré-escola e assim, aos poucos, fui eliminando o vácuo que havia se estabelecido na história escolar daqueles alunos e, pouco a pouco, os espaços foram sendo preenchidos com o que realmente era útil e importante para eles.

A situação não era fácil nem para mim e nem para eles. Analogamente falando, foi necessário demolir e retirar os entulhos que

só ocupavam espaço e não tinham qualquer utilidade, para depois construir edificações válidas, firmes e fortes que sobrevivessem às tempestades que a vida social impõe, principalmente, pelo fato deles serem surdos.

A partir de então, passei a conquistar a confiança tanto dos pais como a dos alunos e, assim, fomos aos poucos nos aproximando e construindo uma relação amigável. Na sala de aula, eles me deram oportunidade de abrir discussão sobre seus problemas, suas necessidades e seus objetivos. Nosso relacionamento tornava-se mais rico e nada mais tinha a ver com a realidade que encontrei no início. Tudo isso aconteceu no decorrer de dois para três meses de trabalho. Esse foi um período que a turma ficou sem “produtividade” em sala de aula. O tempo necessário para a implantação das mudanças, isso foi muito útil para o aprimoramento no relacionamento, mudanças de valores e até mesmo exercício da sociabilidade e respeito ao próximo, e isso foi muito proveitoso e necessariamente iria refletir em todos os aspectos de suas vidas.

O PERFIL DA PROFESSORA

O LEITOR ATENTO DEVE TER PERCEBIDO QUE A MINHA POSTURA profissional continuou a mesma em todas as situações. Acredito que qualquer profissional, inclusive o professor, depara-se com situações nada convencionais com relação ao seu trabalho, mas o que mantém o respeito a esse profissional é exatamente sua postura. A nossa essência jamais é extinta, pois faz parte integrante da personalidade. Ser transparente em todas as circunstâncias é acreditar que, onde há clareza, há conscientização e aprendizado e é através do aprendizado que se define o ser, para melhor ou para pior dependendo das suas experiências.

Apesar de não ser mais adolescente, voltei a ser... para junto com meus alunos, vivenciar aqueles momentos tão importantes para eles e, a partir dos seus interesses, colocava-me como mediadora da situação, orientando-os de forma consciente, branda e amigável em cada situação que me apresentavam em sala de aula. A confiança que eles depositavam em mim os fortaleceu e me deixava felicíssima.

Eles me contavam o que faziam quando não estavam na escola, principalmente nos finais de semana. Com o tempo, pouco a pouco passaram a relatar suas vidas e, quando me contavam alguma coisa que “não deveriam ter feito”, eu lhes expunha de forma bem compreensiva as prováveis consequências negativas que poderiam acontecer. Algumas vezes, eles tinham vergonha de me contar certas coisas e através de gestos e sinais comentavam entre si, com um jeitinho, eu conseguia entrar na conversa e, por fim, não mais existiam segredos entre nós.

Com o tempo, foram acontecendo maravilhosas mudanças de comportamento. As revistas e calendários de mulheres nuas foram trocados por revistas decentes, que tinham mulheres e homens “bonitos”, mas vestidos adequadamente. Conversávamos sobre a beleza feminina e a masculina, pelo fato de ser esse o assunto mais interessante para eles no momento. Comecei a levar filmes com histórias de adolescentes, para assistir com eles: “Adorável professor” (STEPHEN HEREK, 1995); “Sociedade dos poetas mortos” (PETER WEIR, 1989), entre outros, e a visão de mundo deles começou a mudar e a se expandir.

Brigas e indiferenças foram trocadas por amizades e cooperação. Desenvolveu-se a ideia de que todos naquela classe eram amigos entre si, inclusive, a professora. Para que isso acontecesse, sempre me coloquei totalmente à disposição deles nos momentos que precisavam da minha ajuda ou colaboração. Tanto os meninos como as meninas me procuravam para pedir minha opinião, inclusive, sobre coisas supérfluas, tais como o uso desta ou daquela roupa, sobre brincos, cabelos, batons, o tênis, namorada, namorado, etc. Um clima de parceria e confiança foi estabelecido definitivamente.

Em outras ocasiões eu falava sobre minha vida quando eu era adolescente e eles gostavam muito de me “ouvir”, de saber o que eu fazia quando tinha a idade deles. Outras vezes, eles me desenhavam mocinha, faziam brincadeiras com a adolescente que eu deixara de ser, mas tudo de forma muito respeitosa e gostosa.

Nossa aproximação me fez perceber a necessidade de que eles tinham de mostrar seus pontos de vista, e de que também eram capazes de vivenciar tudo que um adolescente “comum” vivencia. Porém, eram barrados no âmbito familiar, onde quase sempre não encontravam apoio. Levando-se em consideração que suas amizades eram restritas, aqueles que eram mais desinibidos, conseguiam fazer amizades com pessoas ouvintes, todavia não era o caso de todos.

Meu contato direto com os surdos me mostrou que eles assumiam diante da sociedade uma postura de autonomia, inclusive, na comunidade escolar. Era perceptível que eles não se sentiam constrangidos ou inferiores às pessoas ouvintes e isso era muito bom! A contradição é que os surdos muito discriminados no contexto em que vivem e,

por mais que se coloquem em pé de igualdade, a maioria das pessoas se refere a eles com sentimento de pena, como se fossem portadores de uma moléstia incurável. Por ignorância ou preconceito, não sabem que os surdos são pessoas normais e saudáveis, extraordinárias, alegres, cheias de vida e que não estão nem um pouco preocupadas e nem “querendo ouvir” o que os ouvintes pensam a seu respeito. Um bom exemplo disso é que quando dois surdos conversam entre si em ambiente público, normalmente as pessoas ouvintes ficam observando e, muitas vezes, discriminando a maneira como eles se comunicam. No entanto, não se veem surdos parados, abismados, observando ouvintes se comunicarem através da fala.

Minha posição como educadora desses adolescentes surdos, a exemplo da experiência anterior com as crianças pequenas, baseia-se, a princípio, no respeito que se deve ter pelo nosso semelhante, independentemente de serem nossos pais, filhos, cônjuge, chefe, empregado, aluno, professor, etc. O que importa é agir em primeiro lugar com dignidade, respeito e amor pelos nossos semelhantes. Só assim podemos conviver em uma sociedade mais igualitária, mais justa, mais humana e mais próspera.

Na sala de aula, não adianta o professor querer ocupar um lugar mais “elevado”, supondo que só ele retém o conhecimento, pois estamos na Era do Conhecimento e seus alunos podem surpreendê-lo. Isso é pura ilusão, enquanto não houver uma conscientização por parte dos educadores, com certeza continuará havendo crianças-problema, adolescentes-problema, adultos-problema e em grande escala. O aluno precisa de um modelo, e esse modelo mais próximo é a escola, e o primeiro exemplo vem do professor que, se consciente do seu papel, será um grande exemplo para seus alunos.

A Educação, de um modo geral, tem deixado muito a desejar em todos os sentidos. As mudanças e reformas em tão curto tempo, os modismos de métodos e filosofias de trabalho. Tudo isso mexe consideravelmente com a base da formação escolar, social e emocional do educando. Em virtude de tudo isso que vem ocorrendo no setor da educação, o profissional da educação deve estar pronto para assumir uma postura de responsabilidade no seu trabalho, seja como educador, orientador, diretor, conferencista, ou seja, lá como queiram

chamar.

É inconcebível que em pleno século vinte um se utilize, numa sala de aula técnicas, métodos e normas arcaicas e obsoletas, que nada têm a ver com a atual realidade dos nossos alunos e da sociedade vigente. Precisamos elaborar nossos trabalhos de sala de aula, partindo do interesse dos alunos, porque se insistirmos em fazer o contrário, o aproveitamento com certeza será insignificante.

A matéria-prima do trabalho do professor é o aluno, e a transformação desta matéria-prima em algo positivo ou negativo, de boa ou de má qualidade, está em suas mãos. Por isso é importante ele ter consciência dessa realidade. O desafio de um educador está exatamente aí, na capacidade de transformar positivamente, e não simplesmente reproduzir o que vem se repetindo década após década. O professor deve lutar para que seus alunos recebam uma educação de boa qualidade. Com certeza, se o professor fizer sua parte bem-feita, o resto fica bem mais fácil de ser superado.

É importante frisar que apesar dos desencontros pelos quais passaram meus alunos anteriormente, em termos de aprendizagem, temos que reconhecer que houve um esforço louvável por parte da professora anterior, que ali lecionou por anos a fio. Considerando que mesmo o município oferecendo todo um aparato de boas instalações e material, o mais importante não oferecia, que é o apoio pedagógico ao professor de surdos da escola. Dessa forma, a professora fazia o que entendia ser o mais importante, mas sem ter uma consciência voltada para o aproveitamento pedagógico do aluno, fazia o mais fácil e conveniente para ela, assim sendo, fica óbvio que o município tem sua parcela de culpa por não oferecer suporte e, conseqüentemente, não cobrar resultados.

Para assumir o cargo de professor especial de surdos é exigida a formação específica, claro, pois só assim o profissional terá as necessárias condições para trabalhar com esses alunos. Junto a essa exigência, é importante se levar em consideração também a vontade, ou pré-disposição para se trabalhar nessa área. É importante, ainda, que haja disponibilidade do professor para desenvolver um trabalho em equipe, e que seu trabalho tenha espaço para debate e avaliação com outros profissionais da área, para que haja uma avaliação continuada.

É necessário que o professor, para elaborar um plano, ou um projeto de trabalho, conheça a fundo as reais necessidades de seus alunos, sem máscaras, pois partindo da realidade e das experiências dos alunos, fica bem mais fácil atingir um resultado assertivo em sala de aula.

O fato de o professor ser qualificado não implica que o Estado fuja de sua responsabilidade, no que se refere ao desenvolvimento integral desses alunos surdos, pois sendo sua a responsabilidade das classes especiais, como rezava na época a Constituição Estadual do Estado de São Paulo, ele, o Estado, deveria assumir integralmente seu compromisso, e isso implicaria em investir no aperfeiçoamento dos professores, além de contratar profissionais qualificados para assumirem funções de coordenação e supervisão escolar das classes especiais de surdos. O que ocorria era que professores de surdos, pelo menos na região em que trabalhava (Itaquaquecetuba-SP), encontravam-se totalmente desvinculados de qualquer contato com essa área. O trabalho do professor era solitário, individual, conforme diz o ditado popular, ficando “ao Deus dará”.

O momento é oportuno para agradecer a “confiança total” que me foi dada pela Delegacia de Ensino de Itaquaquecetuba e, também, à Direção da Escola Cícero Antônio de Sá Ramalho, por “confiarem plenamente na minha capacidade profissional”, bem como por “acreditarem cegamente” em meu profissionalismo, ao ponto de, no decorrer de três anos, entenderem não ser necessário tomar conhecimento, ou qualquer tipo de informação sobre o andamento do meu trabalho, que jamais foi conferido, quer seja a título amistoso ou oficial. Para eles, era coisa rotineira, normal, mas, para mim, era algo muito estranho, pois essa prática não condiz uma instituição de ensino séria.

Nos últimos anos, fala-se muito sobre os investimentos que “vêm sendo aplicados” na educação, principalmente, na capacitação de professores, mas, até o presente momento, o que na verdade ocorre é a indiferença, o desprezo e total abandono e isso sabemos que não é por falta de recursos. A falta de acompanhamento rigoroso sobre a utilização das verbas destinadas para esse fim deixa a população escolar a desejar e a educação em último plano.

Para me atualizar e, conseqüentemente, melhorar o nível do meu trabalho, tinha que desembolsar quantias, muitas vezes, incompatíveis com o meu salário, já que o Estado não tinha um projeto para reciclar os professores da rede oficial de ensino. E em se tratando da educação de surdos, a situação ficava ainda mais “gritante”.

Deveria haver direito constitucional assegurado para os alunos especiais, um espaço físico com salas de aula adequadas e devidamente equipadas, como também uma educação de qualidade e isso, obviamente, não é tarefa apenas do professor.

Exemplo da violação dos direitos dos alunos surdos era o que ocorria nas regiões de Itaquaquecetuba-SP e Poá-SP, regiões que faziam parte da mesma Delegacia de Ensino, onde nas duas cidades, havia apenas uma sala de aula especial, totalizado em vinte vagas divididas em dois turnos. Geralmente nunca surgiam novas vagas para absorver novos alunos, ficando uma grande quantidade de surdos, todos os anos, fora da escola. Na escola que trabalhava, tinha uma lista com uma faixa de cinquenta surdos aguardando uma vaga, e muitos já estavam inscritos há anos...

Esses alunos precisavam de atenção e respeito. Muitos deles quando conseguiam estudar já eram adolescentes, sem desfrutarem da oportunidade e do direito inalienável de frequentar a escola, o que deveria acontecer em torno dos três anos de idade.

Este descaso por parte dos órgãos competentes com a educação especial (no caso os surdos) se estendia além das necessidades da sala de aula, pois não havia também assistência de fonoaudiologia, psicológica, nem social, para acompanhar esses alunos tão carentes de tudo, e tudo tão distante deles, sem falar na falta de assistência aos seus familiares.

Tudo o que já foi dito, juntando-se a falta de um acompanhamento pedagógico eficiente, resulta no progressivo confinamento de alunos em classes especiais durante anos, e o resultado só podia ser frustrante. E, nesse contexto, o professor era responsabilizado pelo fracasso de seus alunos, o que era e é absolutamente injusto.

O tempo é pouco para se desenvolver um trabalho pedagógico adequado, uma vez que precisamos planejar nossas aulas em comum, incluindo, assim, conteúdos gerais da classe comum e os conteúdos

específicos para surdos que precisam de tempo para ser trabalhados e, assim, se conseguir um resultado positivo. Precisava-se também ser levado em consideração que os alunos surdos, com relação aos alunos ouvintes, têm aprendizagem lenta, principalmente quando se trata do estudo da língua portuguesa.

Por outro lado, a função da escola como instituição deveria ser a de formar e capacitar os futuros cidadãos que serão, contribuindo para o desenvolvimento do indivíduo e, nesse contexto, o surdo deve ser visto e respeitado, pois ele é um cidadão como qualquer outro. O surdo apenas necessita de alguns cuidados especiais, e são exatamente esses cuidados especiais que devem ser revistos com muito zelo, pois cada criança surda deve ocupar o devido lugar no contexto social em que vive e, assim, estar dignamente capacitada para suprir suas próprias necessidades, exatamente como os cidadãos ouvintes. Para isso, nada mais justo que a escola se encarregar de fazer essa ponte, responsabilizando-se com a educação do indivíduo surdo desde a fase pré-escolar até a universidade. O surdo precisa ser esclarecido dos seus direitos, como o cidadão que ele é. Ele deve se organizar em grupo, participar de associações, e não ficar na dependência da “boa vontade” daqueles que se dizem “preocupados” com a sua condição para conseguir “humilhantes favores sociais”, favores estes que, na verdade, são direitos seus e que os surdos desconhecem, por isso não lutam em sua defesa.

Na época, já se sentia a necessidade de ser introduzida, no Brasil, o mais rápido possível, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), como primeira língua na educação dos surdos e que sejam revistos os currículos nesta área. Com a oficialização da Língua de Sinais, a pessoa surda terá mais oportunidade para se desenvolver academicamente, e de forma mais proveitosa, sem ao mesmo tempo esquecer a língua portuguesa que entraria no cenário escolar do surdo como segunda língua.

A LIBRAS tem sua estrutura própria, difere da língua portuguesa ou qualquer outra, apresentando significados diferentes, de acordo com cada região, as conhecidas e tão comuns diferenças regionais.

Percebem-se diferenças na utilização da linguagem de sinais, dentro de uma mesma região, como Rio de Janeiro e São Paulo,

diferenças essas que consistem em pequenas diversidades de expressões, o que é absolutamente normal em um país com as dimensões geográficas como o Brasil. Estas diferenças são percebíveis nas diferentes culturas regionais também.

Como educadora que conhece a realidade de seus alunos e suas necessidades mais urgentes, principalmente, por serem adolescentes oriundos de famílias de baixa renda, vejo que, apesar dos esforços concentrados em sala de aula, a “classe especial” pouco ajuda os surdos, por não ter uma visão baseada em projetos que integrem os surdos na sociedade e no mercado de trabalho, para que eles possam ter essa segurança quando saírem da escola e se tornarem adultos.

É urgente a necessidade da criação de projetos que favoreçam a formação integral do surdo. A preocupação da escola não deve se ater apenas no ensino básico (ler e escrever), mas principalmente em formar profissionais capazes de assumirem cargos, os mais variados possíveis com eficiência e responsabilidade, utilizando suas capacidades inatas inerentes a todo ser humano. Deve haver investimentos também nesta área. Os órgãos responsáveis, digo mais uma vez, precisam dar passos firmes e decisivos dentro da educação especial do surdo.

Quero deixar aqui registrada a minha preocupação com os surdos adolescentes, pelos quais sou responsável como professora. Minha preocupação está ligada ao que mostram as evidências e que não são compartilhadas pelos setores da Educação Especial, familiar nem pela sociedade, uma vez que não parece haver, nesses segmentos, uma conscientização sobre a necessidade do desenvolvimento integral da pessoa portadora de surdez, negando, assim, todas as oportunidades que são sua por direito e que poderiam ser aproveitadas para o seu melhoramento.

Nas reuniões de pais e mestres, percebe-se uma pequena porcentagem de pais que buscam algo mais que a escola para seus filhos surdos. Sei que um fator que conta é a dificuldade de encontrar instituições de formação profissionalizante, as quais aceitem seus filhos como alunos. Essa é uma das barreiras e dificuldades enfrentadas pelos pais que buscam alguma saída. Esse tipo de atitude deixa claro que tais instituições desconhecem a realidade dos surdos e, por assim

ser, estão despreparadas para lidar com a realidade deles, seja no que diz respeito a equipamentos que a eles se adequem, seja por falta de pessoal habilitado para lidar com eles. Preocupados com a situação dos filhos e sem saber o que fazer, alguns pais se sentem impotentes no que tange ao futuro e a digna sobrevivência deles. Terão eles condições de constituírem suas próprias famílias? Conseguirão emprego para manter suas famílias sem a ajuda de familiares ou de quem quer que seja?

Sem me preocupar em ser repetitiva, digo: os poderes públicos precisam cuidar de nossos surdos, que giram em torno de três milhões da população. É inadmissível e inaceitável a exclusão dessas pessoas do meio social e produtivo, ficando elas marginalizadas e entregues ao seu próprio destino, melhor dizendo, à falta de destino, pois essa construção precisa ter a participação do meio em que está inserida.

Muita coisa já foi feita, porém esse “muito é pouco” em relação ao que ainda deve e precisa ser feito. O surdo tem muito para oferecer à sociedade até porque é um membro integrante da sociedade. Sua contribuição é necessária, mas, para isso, é de fundamental importância que lhe sejam proporcionadas as devidas condições.

Há muito tempo que deveria ter sido criada uma política educacional voltada exclusivamente para o desenvolvimento integral da pessoa surda. Esse assunto precisa ser revisto com muita seriedade e responsabilidade! É urgente e necessária a capacitação do surdo no contexto profissional, para que ele ocupe com dignidade o seu espaço na sociedade, sem qualquer tipo de preconceito ou discriminação.

Políticos, empresários e a sociedade de um modo em geral precisam se conscientizar desta necessidade e se unirem em prol desta nobre causa. Nada mais que justo, pois o surdo tem seus desejos e aspirações como qualquer outro ser humano, no entanto, está à margem da sociedade, abandonado e desprezado pelos poderes públicos e pela sociedade de modo geral.

Insisto na formação profissionalizante do surdo por entender ser uma necessidade emergente e que pode ser posta em prática, em curto prazo. Porém, não nego a possibilidade de eles ocuparem os bancos universitários com êxito, porque são capazes sim! Na verdade,

é possível fazer ambas as coisas, a exemplo das pessoas ouvintes. Temos exemplos de surdos com formação superior nas profissões mais variadas, mesmo aqui no Brasil, mas não se nega que se trata de uma elite privilegiada com elevada condição financeira. Mas como ficam os carentes e os excluídos, sem perspectivas de uma vida melhor e mais digna?

QUARTA PARTE

CONSIDERAÇÕES SOBRE A SURDEZ

PODEMOS CONSIDERAR A SURDEZ COMO SENDO UMA PERDA AUDITIVA que pode decorrer de uma causa hereditária, doença congênita, anomalias físicas e ou acidentes perinatais, resultando em graves danos, no que se refere à aquisição e desenvolvimento da fala que, por sua vez, influencia no desenvolvimento do processo escolar e nas relações de um modo geral, principalmente em países em desenvolvimento como o nosso, por não darem a devida atenção à educação do surdo.

Atualmente, devido ao avanço na medicina preventiva e terapia intensiva, através das unidades neonatais, vem aumentando a sobrevivência de crianças consideradas de alto risco, intensificando, assim, a probabilidade de ocorrência de recém-nascidos com problemas auditivos. Os principais fatores que podem ser considerados como responsáveis pela perda auditiva são:

- Asfixia – ausência de respiração nos primeiros 10 minutos de vida;
- Infecções congênitas perinatais como: rubéola, sífilis, toxoplasmose, citomegalovírus e infecção pelo vírus do herpes;
- Defeitos congênitos envolvendo a cabeça e o pescoço;
- Icterícia neonatal patológica, quando não tratada adequadamente;
- Meningite bacteriana;
- Recém-nascido com baixo peso ao nascer;
- Deficiência auditiva na história familiar.

Os itens acima fornecem dados que podem ser incluídos na triagem inicial, como também, no segmento audiológico posterior do recém-nascido de alto-risco.

Os testes audiológicos podem ser estimulados e transmitidos até o ouvido interno pelas vias:

Óssea – quando o estímulo sonoro atinge diretamente as estruturas do ouvido interno, via osso mastoide eliminando o percurso pelo ouvido externo e médio.

(Ouvido Médio)

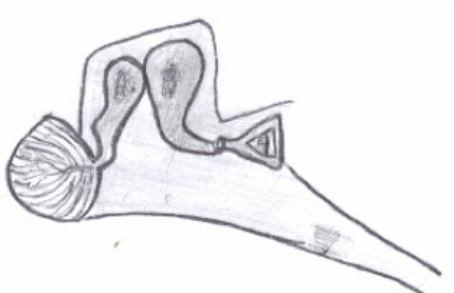


Imagem 2 – Ouvido médio

Fonte: Arquivo da autora.

- **Aérea** – quando o estímulo atravessa as estruturas do ouvido externo e médio até atingir as células do órgão do *córt* dentro do ouvido interno.

(Ouvido Interno)



Imagem 3 – Ouvido interno

Fonte: Arquivo da autora.

A comparação feita entre os resultados obtidos após o teste audiológico pelas vias **aéreas** e **ósseas** determinará o tipo de perda auditiva.

A perda auditiva por condução pode ser caracterizada em três tipos: perda auditiva por condução, neurossensorial e mista.

A perda auditiva por condução se caracteriza quando o limiar auditivo apresenta menor intensidade capaz de provocar uma resposta auditiva por via aérea, neste caso, a lesão se localiza no ouvido externo ou médio. As causas mais frequentes são: resfriados constantes, alergias, fluídos no ouvido médio, além de inflamações ou infecções do conduto auditivo externo.

A perda auditiva neurossensorial – acontece através da existência de lesão do ouvido interno ou do nervo auditivo, podendo ocorrer, assim, uma redução do nível auditivo e/ou distorção na compreensão da fala. As causas mais frequentes são: idade avançada, hereditariedade, má formação congênita, drogas ototóxicas, lesões cerebrais, tumores e exposições a ruídos intensos e repetitivos.

Perda auditiva mista – ocorre, devido os limiares auditivos das vias aéreas e ósseas encontrarem-se rebaixadas em níveis diferentes, comprometendo todo o sistema auditivo (ouvido externo, médio e interno).

A audição normal tem uma variação de acordo com a idade e com os estímulos externos, podendo aumentar o nível das respostas até os dois anos de idade.

Para se reconhecer adequadamente a deficiência auditiva se faz necessária a obtenção de registros das respostas aos estímulos de sons puros, frequência e intensidade controlada para os dois ouvidos, como também a condução óssea e aérea, através de um audiograma específico. A gravidade da perda auditiva vai depender do grau e da intensidade das frequências que foram afetadas.

A concentração de energia acústica da fala está entre 500 e 2000 Hz, porém, para conseguir discriminar alguns sons da fala, são necessárias as frequências sonoras de 125 a 8000 Hz. Portanto, a surdez provoca uma incapacidade na comunicação oral por conta das frequências afetadas e do grau de perda de cada frequência.

Um diagnóstico precoce através de um exame adequado

possibilitará melhores condições para que uma criança com distúrbios de audição ou perda auditiva possa se desenvolver adequadamente.

O quadro abaixo mostra a diferença de cada nível de perda auditiva em nível de pressão sonora e expressa em dB (símbolo para a unidade de medida do som em Decibel). Segue quadro.

Quadro 1 - (*) Níveis de pressão sonora

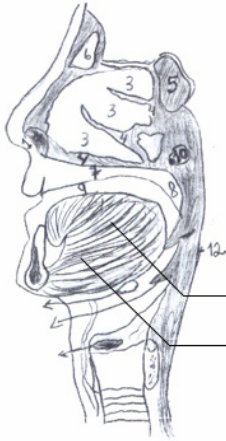
DESCRIÇÃO	PERDA AUDITIVA EM NPS*	INCAPACIDADE PRODUZIDA
Normal	0 – 15 dB	Nenhuma
Ligeira Perda	16 – 25 dB	Transtornos auditivos leves e dificuldade para receber alguns sons falados
Perda Leve	26 – 40 dB	Alteração do aprendizado auditivo, ligeiro atraso na fala e linguagem, e falta de atenção.
Perda Moderada	41 – 65 dB	Alterações moderadas na fala, atraso na linguagem, no aprendizado, e falta de atenção.
Perda Grave	66 – 95 dB	Distúrbios graves da fala, atraso na linguagem, no aprendizado, e falta de atenção.
Perda Profunda	Acima de 96 dB	Distúrbios graves da fala, atraso na linguagem e no aprendizado. Geralmente grande dificuldade na comunicação oral.

Fonte: Arquivo da autora.

OBS.: Caso sejam tratadas no primeiro ano de vida, as incapacidades acima expostas serão amenizadas.

VISÃO DOS ÓRGÃOS FONOAARTICULATÓRIOS

FOSSAS NASAIS

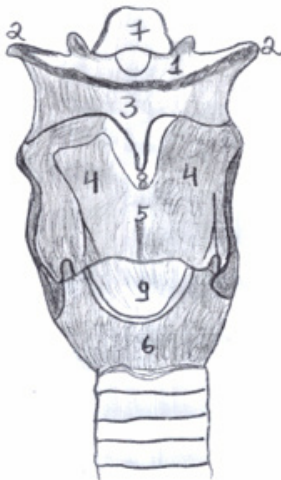


- 1 – Narinas: direita e esquerda
- 2 – Vestíbulo e vibrissas
- 3 – Conchas ou cornetos nasais
- 4 – Meatos: superior, médio e inferior
- 5 – Seio esfenoidal
- 6 – Seio frontal
- 7 – Palato
- 8 – Úvula
- 9 – Cavidade bucal
- 10 – Tonsila faríngea
- 11 – Orifício faríngeo da tuba auditiva
- 12 – Cavidade da faringe

Imagem 4 – Fossas nasais

Fonte: Arquivo da autora.

A LARINGE

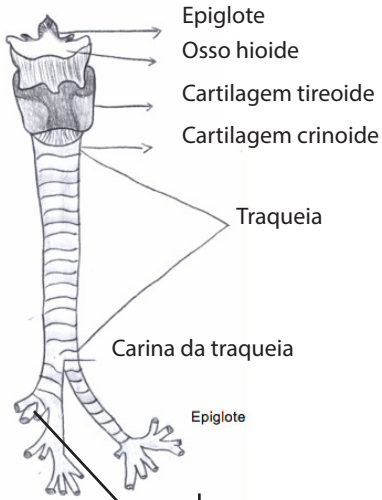


- 1 – Osso hioide
- 2 – Cornos
- 3 – Membrana tireoide
- 4 – Cartilagem tireoide
- 5 – Pomo de adão
- 5 – Cartilagem cricoide
- 7 – Epiglote
- 3 – Cartilagem aritenóide
- 9 – m. cricotireoide.

Imagem 5 - Laringe

Fonte: Arquivo da autora.

LARINGE E TRAQUEIA



A parte que penetra no pulmão é denominada de brônquios lombares

Brônquio principal esquerdo
Brônquio principal direito

Imagem 6 - Laringe e Traqueia

Fonte: Arquivo da autora.

CORTE DA LARINGE E PARTE DA TRAQUEIA

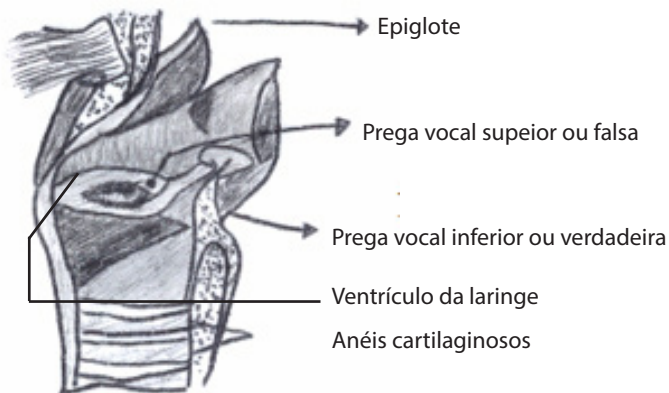
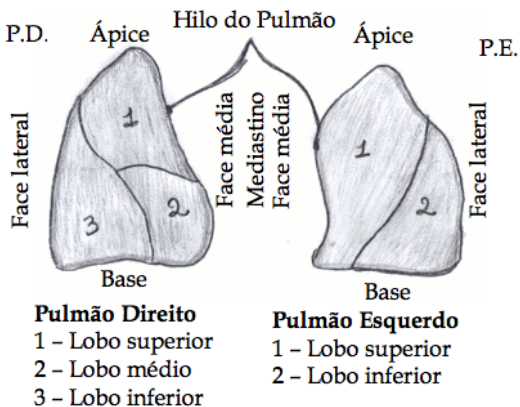


Imagem 7 – Corte da laringe e parte da traqueia

Fonte: Arquivo da autora.

PULMÕES



Fissuras: Oblíqua – Horizontal

Imagem 8 - Pulmões

Fonte: Arquivo da autora.

OUVIDOS

OUVIDO EXTERNO

1 – Pavilhão da orelha

2 – Meato acústico externo



Ouvido Externo

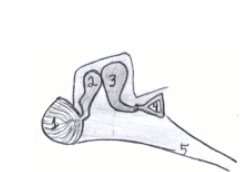
1 – Pavilhão da orelha

2 – Meato acústico externo

Imagem 9 – Ouvido externo

Fonte: Arquivo da autora.

OUVIDO MÉDIO



Ouvido Médio

1 – Membrana timpânica

2 – Martelo

4 – Estribo

5 – Tuba auditiva

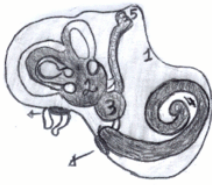
Imagem 10 – Ouvido médio

Fonte: Arquivo da autora.

Imagem 10 – Ouvido médio

Fonte: Arquivo da autora.

OUVIDO INTERNO



Ouvido Interno

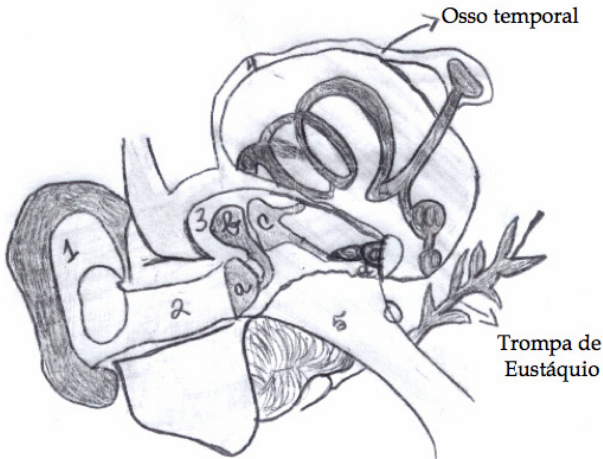
- 1 - Canais semicirculares
- 2 - Utrícula
- 3 - Sáculo
- 4 - Coclear
- 5 - Saco endolímfático

Imagem 11 – Ouvido interno

Fonte: Arquivo da autora.

OUVIDO COMPLETO

Ouvido Completo



1-pavilhão - 2- meato acústico - 3- cavidade do tímpano:

a) martelo, b) bigorna, d) estribo - 4- labirinto - 5- tuba auditiva.

Imagem 12 – Ouvido completo

Fonte: Arquivo da autora.

O SOM E A FISIOLOGIA DO OUVIDO

Para ter uma audição perfeita e, conseqüentemente, uma produção oral adequada, é necessário que os órgãos que compõem a audição e a fala estejam em perfeito funcionamento, do contrário, o resultado pode comprometer o desempenho do indivíduo de ouvir e de falar.

O som é captado pelo pavilhão auditivo, as vibrações do ar repercutem sobre o tímpano. O ouvido interno as transforma em impulsos nervosos e estes são enviados ao cérebro e são interpretados como sons. Podemos considerar qualquer som como sendo fruto de vibrações que se propagam em um meio elástico (sólido, líquido ou gasoso).

Por o som ser resultado de um movimento vibratório transmitido através de ondas em um meio elástico, chegou-se à conclusão de que não há som no vácuo. Assim sendo, os sons que chegam até o ouvido utilizam a atmosfera como meio de transmissão. Em virtude das melhores qualidades elásticas, o som se propaga nos corpos sólidos e líquidos com maior facilidade, podendo variar também sua velocidade de acordo com o meio.

A frequência da vibração sonora é obtida através da contagem do número de ciclo por segundos, ou seja, o comprimento de uma onda sonora. Nosso ouvido só é capaz de perceber sons cuja frequência varia entre 16 e 20.000 ciclos por segundo. Acima ou abaixo desses valores, mesmo podendo atingir o ouvido, os sons não são percebidos pelo aparelho auditivo que convencionalmente se divide em três partes já citadas anteriormente, mesmo assim será reforçada a explicação para que haja, por parte do leitor, um entendimento mais ampliado: o ouvido externo constituído pela orelha e pelo canal auditivo externo – ouvido médio e ouvido interno.

Os ouvidos, **externo** e **médio**, são separados pela membrana do tímpano e se localizam no rochedo uma espécie de escavação do osso temporal do crânio. Já o ouvido interno está localizado na parte mais profunda do rochedo, fazendo comunicação com o ouvido médio, através de dois orifícios que são separados por membranas. Podemos encontrar a janela oval e a janela redonda que se inicia com o vestíbulo, prolongando-se para cima até os canais semicirculares e para baixo até a cóclea ou caracol. Os primeiros cuidam do equilíbrio

(labirinto) e os últimos se referem à audição.

APARELHO AUDITIVO

Os sons são ampliados minuciosamente dentro do ouvido médio. Por lá, encontra-se uma cadeia de três pequenos ossos que formam uma ponte de ligação entre o tímpano e a janela oval. O chamado **martelo**, por ser o mais externo, prende-se por um cabo à face interna do tímpano, sendo que a cabeça se articula com o segundo dos ossículos, denominado **bigorna** que, por sua vez, se apoia no último deles – o **estribo** que finalmente se prende à janela oval.

Embora, pequenos e delicados, estes três ossos têm função importantíssima na condução do som, já que transmitem à membrana da janela oval as vibrações sonoras amplificadas que atingem o tímpano. Esses ossos, por não se prenderem a outros ossos do crânio, impedem que o som se disperse pela caixa craniana. Por isso, o ouvido é mais sensível às vibrações recebidas pelo ar. O **tensor do tímpano** e o **tensor do estribo atuam** sobre a cadeia de ossículos. O primeiro se insere no martelo e o segundo no rochedo temporal.

Como podemos ver, o ouvido médio atua como seletor na transmissão de energia sonora e os músculos timpânicos agem como protetores, sendo que ao mesmo tempo em que impedem deslocamentos excessivos. O ouvido externo fica protegido contra estímulos muito fortes, graças à atuação da contração dos músculos timpânicos reduzindo a transmissão de sons muito fortes, o que nem sempre é possível, por isso quando se é exposto a sons ou ruídos intensos de caráter permanente, precisa-se tomar os devidos cuidados.

O ouvido médio liga-se ao ouvido externo pela trompa de Eustáquio, mesmo estando este situado profundamente no osso temporal. A trompa de Eustáquio é um tubo flexível que termina na faringe, cavidade que fica situada entre a boca e a parte superior do esôfago e tem como finalidade ligar e manter regulado o equilíbrio entre a pressão do ouvido médio e a pressão exercida sobre o tímpano, através do ar do ambiente externo. Quando houver uma redução da acuidade auditiva, quando se passa de uma região de pressão atmosférica baixa para outra de maior pressão, aconselha-se a expirar energicamente, mantendo a boca e as narinas fechadas, podendo também mascar

chiclete se for o caso ou simular a mastigação com a boca fechada.

O ouvido interno que compreende duas partes que são a cóclea, responsável pela audição e os três canais semicirculares encarregados do sentido do equilíbrio.

A cóclea se constitui por um tubo em forma espiral que lembra um caramujo. Este tubo denominado coclear é percorrido por três canais denominados de vestibular timpânico e coclear. Este último transforma um estímulo sonoro em impulsos nervosos a serem transmitidos ao cérebro e interpretados como som por meio das células sensoriais.

PASSOS PARA A INTEGRAÇÃO DOS SURDOS

Como foram citadas anteriormente, as deficiências auditivas têm várias origens. A surdez e a conseqüente mudez, ou falta de desenvolvimento da linguagem falada provocam na criança problemas que, dependendo do caso, podem ser corrigidos, caso sejam detectados com antecedência. As possíveis correções se referem ao treinamento através de estimulação precoce, uso de prótese auditiva, treinamento de fala e etc.

Na tentativa de suprir a dificuldade de se expressar verbalmente, normalmente a criança surda desenvolve, de início, uma linguagem gestual rica, para que assim possa se comunicar com familiares e pessoas mais próximas, permitindo estabelecer um convívio menos constrangedor no ambiente em que vive. Mesmo assim, a criança surda enfrenta muitas dificuldades, acusando alterações psicológicas e emocionais, que acabam por refletir, muitas vezes, no desenvolvimento geral da personalidade.

Normalmente, por causa da surdez, a criança já inicia sua vida se isolando socialmente, muitas vezes este isolamento vem por parte dos pais, principalmente nas camadas mais favorecidas da sociedade, deixando que as estatísticas mostrem que a maior incidência de crianças surdas tem origem nas camadas menos favorecidas da sociedade, o que não é verdade, pois sabemos que as pessoas de baixa renda são as que mostram seus filhos surdos sem cerimônia. Para muitos pais, o fato de terem filhos com qualquer deficiência os diminui socialmente e isso transmite para os filhos essa incapacidade, deixando-os com

uma baixa autoestima, tornando-os inseguros, ansiosos e com sentimento de inferioridade. Pelos mesmos motivos na visão dos pais com relação a seus filhos, os mesmos podem assumir postura de superproteger-los, causando também problemas de personalidades.

A ciência tem negligenciado bastante os problemas de surdez, uma vez que há pouco interesse por parte dos especialistas da área em aprofundarem pesquisas com resultados satisfatórios no sentido de reverterem ou amenizarem o quadro do surdo. As lesões das células auditivas ainda hoje podem ser consideradas definitivas e irreversíveis, muito embora já se tenham dado os primeiros passos, não se pode dizer que o método seja eficaz.

Portanto, os pais devem se preocupar em orientar positivamente seus filhos surdos, considerando que a medicina e a escola estão longe de atingir os padrões adequados para assistir a pessoa surda. Pelo menos os pais precisam ajudar seus filhos surdos a superarem as dificuldades iniciais, garantindo a eles sua plena aceitação na sociedade, lutando por esse direito se for o caso, pois, só assim, o surdo se fortalecerá para se desenvolver psicológica e socialmente. Nesse quesito, a família é muito importante na integração do surdo, já que a mesma antecede a vida escolar.

Normalmente a família por não se encontrar preparada para receber um filho com necessidades especiais, reage de forma inadequada, provocando, com seu despreparo, ansiedade, medo, desprezo e, muitas vezes, privando-o do convívio social. Essa atitude negativa, por parte dos pais, denigre ainda mais a imagem que se tem dos seus filhos e contribui para serem vistos como incapazes. Outras vezes, superprotegem, partindo do pressuposto de que uma criança surda é incapaz de realizar tarefas e se guiar na vida sozinha, o que é um absurdo.

Esse primeiro bombardeio que a família recebe é amenizado mais tarde com a escola. Assim, a fase escolar auxilia bastante a família em relação à aceitação do mesmo no seio da família, pois é o momento que, principalmente a mãe, tem para dividir seus problemas com outras mães e, também, com os professores. Por isso, é importantíssima a integração entre a família e a escola. Para que a aceitação do filho ocorra de forma natural, é preciso que a escola e o professor estejam

preparados para amenizar os problemas dos pais, principalmente de ansiedade, instruindo-os e subsidiando-os no que for necessário.

Os pais precisam ser conscientizados de que seus filhos precisam ser aceitos como são, inclusive com as suas “deficiências” – quem não as tem? Necessidades especiais existem em qualquer sociedade, desde o começo da humanidade, o que difere é a maneira como são tratados nos variados países do mundo. Esse tratamento depende muito da cultura e do nível de desenvolvimento social atingido, inclusive, em dada época. Por outro lado, a pessoa portadora de necessidade especial precisa ser orientada a levar uma vida normal, e isso desde a infância, para que possa se adaptar com o meio e se tornar capaz de se beneficiar das oportunidades que o convívio social possa lhe oferecer.

Todo cidadão deve se conscientizar da necessidade de se integrar às pessoas surdas. Os mais variados segmentos sociais precisam criar condições para que o surdo se integre à sociedade, isso é responsabilidade de todos e não somente dos órgãos públicos. Esse processo se inicia na integração entre família e escola, criando condições para que o surdo se torne cada vez mais integrado e independente, atuando como agente de seu próprio desenvolvimento individual, social, intelectual, físico e afetivo.

A integração do surdo vai muito além de inseri-lo em uma classe regular (inclusão), termo comumente usado pelos órgãos oficiais da educação, referindo-se a essa abordagem como em nome dos direitos iguais, direitos esses que deixam camufladas suas necessidades específicas, em que, no processo educacional, o surdo passa por uma inaceitável exclusão de atendimento especializado, que é fundamental para o seu tão almejado e necessário desenvolvimento escolar.

Dentre os fatores que podem influenciar no fracasso dos surdos estão:

- O momento da comprovação da surdez;
- O grau da deficiência auditiva;
- A progressão do problema;
- A iniciação da vida escolar;
- O uso do aparelho auditivo;

- A ênfase na habilitação ou reabilitação da audição para o aprendizado da linguagem;
- Expectativas da família, professores e até mesmo da própria criança nas séries iniciais;
- A oportunidade para aprender e o potencial acadêmico preceptivo e cognitivo.

Os fatores acima citados podem apontar problemas de comunicação e de adaptação tais como:

- Consequências graves na comunicação por causa da linguagem limitada;
- Problemas acadêmicos, físicos, emocionais, sociais e profissionais, devido à compreensão distorcida da linguagem e articulação inadequada da fala.

A alteração da linguagem, do aprendizado e do rendimento escolar está estritamente ligada à gravidade, e à idade em que se inicia este transtorno auditivo. Em se tratando das consequências que a surdez acarreta no desenvolvimento da linguagem, temos alterações da fala e do rendimento escolar que, por sua vez, dependem de outros fatores tais como:

- A precocidade do diagnóstico;
- A idade em que é detectado o transtorno auditivo;
- A fase de crescimento e desenvolvimento do qual se inicia a ação pedagógica e, principalmente, o apoio da família.

QUINTA PARTE

A DEFICIÊNCIA ATRAVÉS DOS TEMPOS

NA **HISTÓRIA ANTIGA**, OS SURDOS VIVIAM ABANDONADOS PELA SOCIEDADE, por se constituírem um incômodo para a mesma. Eles eram considerados a degeneração da raça humana. Já na **Idade Média**, os surdos eram vistos como pessoas possuidoras de grandes poderes ligados à magia e à bruxaria, sem, contudo, deixarem de ser alvo de caridade e sentimento de compaixão.

Na **Idade Moderna**, surgem as primeiras preocupações com a educação dos surdos que por serem "pessoas diferentes" precisavam de uma educação especializada em instituições segregadas, longe das pessoas ditas "normais". Mas, só foi a partir da metade do século XX, que os surdos tiveram garantido o acesso à educação propriamente dita. E foi dentro desta nova visão que se iniciaram os estudos e pesquisas levando em consideração, também, a pessoa deficiente, sendo vista, principalmente, por um ângulo patológico e anormal.

Na **Antiguidade**, os surdos eram vistos como incapazes de adquirir algum tipo de linguagem, principalmente, os considerados, na época, como "surdos-mudos".

Estudos de civilizações antigas como egípcios, hebreus, gregos e romanos já indicavam o conhecimento do alfabeto manual, mostrando indícios de que os gestos já eram utilizados como forma de comunicação entre a população de surdos. Somente na Idade Média, surgiu o alfabeto manual estruturado, uma vez que era utilizado entre os monges que adotavam a regra do silêncio.

No século XVI, na Espanha, através do monge Pedro Ponce de León, deu-se início à educação formal dos surdos através dos gestos

utilizados nos mosteiros e do alfabeto manual. Os primeiros surdos a se beneficiarem deste método de educação eram os filhos de importantes famílias que, perante a lei, só poderiam receber heranças se fossem alfabetizados.

No século XVIII, ainda não se conhecia a leitura orofacial e surgiram, em alguns países como Holanda, França, Inglaterra e Suíça, muitos estudiosos que se preocupavam com a educação dos surdos.

Foi exatamente na França, neste mesmo século, que Michel de l'Épée passou a defender a linguagem de sinais como sendo a linguagem natural dos surdos, ou sua língua materna, revolucionando a educação de surdos, criando então um método que se baseava em sinais para corresponder e representar coisas.

A influência deste método deu origem ao método francês que utilizava, além da língua de sinais, o alfabeto manual, leitura orofacial, a fala, a leitura e escrita, entrando em desarmonia com o método oral difundido na Alemanha e Inglaterra, dando origem à discórdia entre o oralismo puro de um lado e os métodos combinados do outro. Depois, o 2º Congresso Internacional de Educadores de Surdos em 1880, em Milão, ficou reconhecido, oficialmente, o método oral, porque segundo estudiosos que defendiam o método, os surdos eram minoria e teriam que se adequar à maioria.

A propagação do oralismo foi favorecida logo após a segunda guerra mundial com o progresso científico e tecnológico através dos aparelhos amplificadores do som, prótese auditiva, audiômetro, métodos de diagnóstico de precisão para surdez, transistor, etc. O método criado por l'Épée foi levado para os Estados Unidos e é utilizado até os dias de hoje.

Graças ao avanço da linguística, a Língua de Sinais foi reconhecida como língua, com estrutura própria, fonologia, sintaxe e semântica. O linguista Stokoe (1960) foi quem iniciou o estudo científico da linguagem de sinais.

Em maio de 1976, na conferência dos Diretores das Escolas Americanas de Surdos, defendeu-se uma filosofia que incorporasse as modalidades de comunicação auditiva gestual e oral apropriada, para garantir uma comunicação efetiva entre pessoas surdas. Foi aí que surgiu a metodologia do ensino bilíngue, em que a linguagem dos

sinais é considerada a língua materna e a oral a segunda língua. No Brasil, a língua portuguesa seria a segunda.

UM POUCO DA HISTÓRIA DOS SURDOS NO MUNDO

Nas últimas décadas, houve grandes avanços na educação de surdos, porém a comunidade surda continua sendo conduzida de forma minoritária, no que se refere à inserção social, cultural e convívio na sociedade. Pelo fato de serem privados da audição, eles usam a língua natural do homem, os gestos ou sinais, para estabelecer uma comunicação com os ouvidos e vice-versa, o que resulta em uma comunicação falha. Dentre todos os tipos de pessoas com deficiência, o surdo é o único que possui uma cultura própria no sentido de se comunicar entre si, por isso necessita de uma língua diferente para se comunicar na sociedade.

Os sentimentos na expressão humana são registrados pelo surdo de forma visual. Enquanto as pessoas ouvintes podem identificar sentimentos de amor, raiva, medo e outras expressões, através da entonação de voz. Com o surdo isso acontece de forma diferente, ele identifica os sentimentos através da expressão do rosto. Portanto, o fato de não ouvir não significa dizer que o surdo esteja à margem da comunicação, ele apenas percebe e se comunica de forma diferente.

Por muito tempo, os surdos foram considerados deficientes e incapazes, e foram colocados à margem da sociedade, durante os diversos períodos da história, desprovidos de seus direitos. Somente a partir do século XX, foram percebíveis mudanças significativas, que afetaram as propostas educacionais de surdos. Isso só foi possível pelo fato de ter havido compreensão e entendimento de suas características.

A história da educação dos surdos passou por diversas fases e mudanças desde o século XVI, com a experiência educacional desenvolvida pelo professor de surdo, o monge Pedro Ponce de Leon, seguindo até o século XVIII, com a fundação da primeira escola pública para educação de surdos em Paris (1755). O congresso de Milão em (1880) trouxe conclusões variadas dos pesquisadores de educação de surdos, sendo apontado como um divisor de águas na história. Portanto, para que no futuro não se repita os erros do passado e seus

equivocos, é de fundamental importância que os educadores conheçam a trajetória histórica da educação dos surdos para que possam construir práticas pedagógicas, pautadas na reflexão.

Carlos Sánchez dizia: “A surdez é tão antiga quanto a humanidade”. Sendo assim, a surdez nasceu com o ser humano. Portanto, a pessoa surda, durante toda a sua história, sofreu por discriminação de todas as formas possíveis. Para Aristóteles (384 a.C. – 322 d.C.), havia uma relação entre a audição e a capacidade de adquirir conhecimento. Para ele, como o surdo não ouvia, não podia adquirir conhecimento, já que a linguagem era a condição para a humanização do indivíduo. Para os romanos, as pessoas que não falavam, não podiam ter direitos legais ou ter direito à herança. Na Idade Média, a Igreja Católica não reconhecia a alma nos surdos. Para ela, eles não possuíam uma alma imortal e, assim, eram incapazes de proferir os sacramentos. Santo Agostinho dizia: “A falta do ouvido impede a entrada da fé”.

Com o fim da Idade Média, a existência do surdo ligada ao sobrenatural começa a ser desfeita. Com isso, veio a ideia de ensinar ao surdo a fala e a escrita com o método do uso da soletração manual, através dos recursos que já eram usados pelos educadores dessa época, porém só os filhos de pessoas ricas que eram surdos, tinham condições de ter um professor preceptor. Essa ideia se espalhou principalmente pela Europa, despertando o interesse de muitos professores por verem nessa ideia um método inovador para o ensino da oralidade, no entanto, a maioria guardava segredos sobre seus métodos para não correrem o risco de fracasso e só apresentavam para a sociedade os casos bem-sucedidos.

Escritor do século XIV, Bartolo Della Marca D’Ancona, fez a primeira referência sobre a possibilidade da instrução de surdos por meio da língua de sinais e da Língua Oral. A partir de então, o surdo pôde ser visto como uma pessoa capaz de tomar suas próprias decisões. Já os renascentistas defendiam que os surdos que podiam compreender e expressar ideias por meio da língua escrita, não admitiam a menor dúvida sobre sua humanidade, aos olhos de qualquer observador inteligente! Até então, admitia-se, por unanimidade, que o surdo deveria aprender a Língua Oral.

Na Idade Moderna (1453 – 1789), bem no início do século XVIII,

houve uma ruptura importante que separou os profissionais oralistas dos gestulistas e essa divisão foi tomando força e resistiu até a atualidade.

Charles-Michel de l'Épée, fundador do modelo francês de educação de surdos, foi o primeiro a reconhecer que os surdos tinham a capacidade de comunicar-se. Ele

enturmou-se com os surdos que viviam nas ruas de Paris e esse contato possibilitou uma experiência direta com os surdos e dessa comunicação, ele criou os sinais metódicos, ou seja, a combinação da língua de sinais francesa com a gramática do francês oral, mais o alfabeto digital. Charles-Michel de l'Épée, também, foi o primeiro a reconhecer que o surdo tinha sua língua própria, natural. Foi ele quem fundou a primeira escola pública para surdos ao usar um modelo viso-espacial, o Instituto Nacional para Surdos-Mudos de Paris. Na época, os alunos submetidos ao método criado por ele se tornaram capazes de usar adequadamente a língua escrita e superaram suas dificuldades, e muitos deles ocuparam posições de destaque por adquirirem conhecimentos do mundo através da língua de sinais e ainda dominavam a escrita. A partir de então, Estados Unidos e Europa, principalmente a França, foram influenciados pelo método francês. Charles-Michel de l'Épée era francês e foi um educador filantrópico, que ficou conhecido como "Pai dos surdos".

Por outro lado, Samuel Heinicke (1727- 1790) era alemão. Ele é o pai do método alemão o oralismo puro e era contra a Língua de Sinais. Ele propôs uma filosofia de ensino em que se usava apenas a oralidade na educação de surdos, pois para ele e para os defensores desse método, só existia essa possibilidade para que os surdos se integrassem na sociedade ouvinte. Havia também a crença de que o pensamento só era possível, através do método oral. A primeira escola para surdos da Alemanha, baseada no método oral, foi criada por ele e seu método foi tomando força no mundo, chegando a influenciar a França e Europa de um modo geral.

Meio a essa influência, é nesse contexto de mudança que acontece o 2º Congresso de Educação de Surdos de Milão em (1880), que tinha como temas principais a construção de escolas, ensino e métodos. No congresso, os dois primeiros temas foram ignorados, em face

de articulações preparadas pela militância oralista e meio a essa corrente oralista, os oradores do congresso condenaram o uso da língua de sinais e a maioria dos congressistas europeus, oralistas e ouvintes votaram a favor do método oralista, declarando o método de articulação como preferencial sobre o de sinais, na instrução e educação dos surdos. E o método oral puro foi instituído sob a alegação de que o uso simultâneo de sinais e fala trazia desvantagens e prejuízo para a fala, a leitura orofacial e a precisão das ideias. E, assim, o congresso foi encerrado marcando a história da surdez de forma negativa.

A influência europeia chegou definitivamente nos Estados Unidos com o interesse de Thomas Hopkins Gallaudet pela educação de surdos. Ele estudou educação de surdos na França e abriu a primeira escola para surdos nos Estados Unidos, juntamente com Laurent Clerc, que era surdo e que foi educado pelo método de l'Épée, tornando-se professor do método manual.

Alexander Graham Bell foi outro americano que também se interessou pela educação de surdos. Defensor do oralismo, ele era contra o uso dos sinais. O antagonismo que existia entre Laurent Clerc e Alexander Graham era que o primeiro defendia a surdez como diferença e o segundo, como desvio.

Por volta de 1960, o americano Willian Stokoe publicou um trabalho mostrando que a língua americana de sinais era uma língua com todas as características naturais, e com base nessa publicação, foi surgindo uma variação de estudos e pesquisas sobre a língua de sinais e, conseqüentemente, sua aplicação na educação de crianças surdas.

A partir dos anos 70, foi adotada a filosofia definida como Comunicação Total que tinha como propósito o uso de qualquer tipo de modalidade comunicativa para transmitir conceitos e ideias. Essa filosofia causou grande impacto na educação dos surdos. Já no final dos anos 70, teve início um movimento de reivindicações pela língua e cultura das minorias linguísticas, principalmente nos Estados Unidos e esse movimento engloba os surdos por serem considerados membros de uma comunidade que usa uma língua própria, a língua de sinais.

Atualmente, não existem dúvidas de que as línguas de sinais são línguas naturais, o que traz um desenvolvimento social para a

comunidade surda, principalmente, a partir da aplicação de leis que favorecem o acesso às pessoas surdas. Com o desenvolvimento tecnológico, o surdo tem capacidade de utilizar equipamentos que comprovam que as línguas de sinais têm processamentos naturais, parecidos com os observados nas línguas orais. Porém, mesmo com esse avanço, ainda há crenças de que o ensino da língua oral deve ser usado na educação de surdos e, com isso, vem surgindo um novo oralismo com subsídios tecnológicos. Essa ideia existe devido ao implante coclear.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS NO BRASIL

NO ANO DE 1855, TEVE INÍCIO NO BRASIL A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO de surdos, com a chegada do professor francês Eduardo Huet, que foi convidado por Dom Pedro II, com a finalidade de fundar uma escola de surdos no Brasil, e no ano de 1857, foi fundado, no Rio de Janeiro, o “Imperial Instituto de Surdos-Mudos” que mais tarde passou a chamar-se de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Foi, em 1875, que o aluno surdo Faustino José da Costa Gama publicou com o apoio do Diretor Dr. Tobias Leite a “Iconografia dos Sinais dos Surdos-Mudos”. O primeiro dicionário de sinais do Brasil, que é até hoje motivo de orgulho para muitos surdos brasileiros, como também para os ouvintes envolvidos com os estudos da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

A Federação Nacional de Integração de Deficientes Auditivos (FINEIDA) foi criada em 1977, que é composta por pessoas ouvintes, porém envolvidas com a problemática da surdez. Dez anos depois, passou a se chamar de (FINEIS), que está em atividade até hoje.

A partir da década de 80, iniciaram-se os estudos linguísticos da LIBRAS, com as pesquisadoras Lucinda Ferreira Brito, Tânia Felipe e mais tarde Berenice Muller de Quadros. Também foi publicado o “Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira” pelo professor Fernando Cesar Capovilla e Walkiria D. Raphael. Uma obra complexa, que ganhou até prêmio e abriu um leque de interesse por professores e pesquisadores pela língua dos sinais, empurrando, assim, o crescimento de publicações científicas

na área.

Em 2002, com a aprovação da lei 10.436, foi reconhecida a Língua Brasileira de Sinais, a (LIBRAS), como comunicação oficial da comunidade surda no Brasil. Sendo mais tarde regulamentada pelo decreto 5.626, contribuindo para uma nova educação de forma organizada da comunidade surda.

Em 2006, foi fundado, em Santa Catarina na UFSC, o curso superior de Letras Libras. Nos nove polos, foram formados dezenas de surdos e a libras era a língua de instrução. Também nesse ano, o MEC inicia aprovação de exame de proficiência em libras e pró-libras, abrindo campo para concurso público para contratar docentes para o ensino e pesquisa de LIBRAS já em 2009.

Nesta breve exposição sobre a História da Educação de Surdos, é importante frisar os métodos abordados pelas autoras Perlin e Strobel (2006), os quais proibiam a Língua de Sinais, dando ênfase apenas ao método oralista. O método oralista se baseava na concepção de que o surdo deveria se expressar através da fala utilizando-se, ao mesmo tempo, da leitura labial – ano de 1980. Foi exatamente nesse período que cheguei à educação de surdos. Em seguida, veio o método da Comunicação Total, com a junção da Língua Oral e a Língua de Sinais, o qual pouco contribuiu na educação de surdos, muito pelo contrário, prejudicou o avanço da Língua de Sinais, com provável uso inadequado, e dando origem ao Português Sinalizado, ignorando totalmente as características gestuais e visuais da Língua de Sinais e sua estrutura e características próprias, a qual se diferencia da Língua Oral. Já o bilinguismo chega defendendo a proposta de que o primeiro contato da criança surda deve ser com os adultos surdos para entrar em contato com a Língua de Sinais, sua língua natural, considerada sua primeira língua, para, posteriormente, aprender a Língua Oral, como segunda língua.

No Brasil, os surdos utilizam, por normas, a LIBRAS, uma comunicação espaço-visual, em substituição à audição e à fala, mas essa não é uma língua universal, cada país, ou comunidade de surdos, possui sua própria língua de sinais.

SEXTA PARTE

O RETORNO

APÓS VINTE ANOS AUSENTE, AO RETORNAR À MINHA CIDADE Campina Grande, procurei a escola de surdos: Escola Estadual de Áudio Comunicação (EDAC), com o intuito de fazer uma revisão neste livro, que ainda eu não havia publicado, pois, para isso, precisava ser atualizado com as novas leis e metodologias vigentes. Também era do meu interesse saber a realidade vivida pelo surdo no mundo de hoje e sua relação com as novas tecnologias, já que não estava mais em sala de aula.

Familiarizar-me com o contexto atual da educação de surdos era importante para poder dar continuidade ao meu projeto, mas infelizmente as portas foram fechadas para mim. Resolvi procurar a Secretária de Educação na Terceira Região de Ensino e as dificuldades ainda foram maiores, o que me deixou decepcionada, pois eu só queria um pouco de contato com eles. Sem saída, resolvi buscar auxílio na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde me formei e lá encontrei minha ex-professora (...) que me deu todo apoio para que eu pudesse levar meu projeto adiante.

Quero aqui deixar registrado a minha indignação com o “falso protecionismo” dos órgãos citados acima, que deveriam contribuir para que a pessoa surda fosse além dos muros de suas escolas. Como é que o sujeito surdo vai desenvolver a capacidade de convivência em sociedade, se está limitado em uma escola que o “protege” de alguém que não lhe é familiar? Mesmo que esse alguém seja um estudioso e especialista da educação de surdos, como era o meu caso.

As instituições de ensino e secretarias devem saber, mas não custa

lembrar que os surdos são sujeitos inteligentes, criativos e cheios de vida, portanto não são deficientes mentais, e que os mesmos estão aptos a se integrarem na sociedade em que vivem, além das suas comunidades. A Escola deve ser integrativa, no sentido de torná-los capazes, através da prática, de interagir desde sempre com a sociedade, essa mesma sociedade que mais tarde deve acolhê-los no ambiente de trabalho, no contexto sociocultural.

Ao deixar a sala de aula, continuei com a necessidade de permanecer em contato com os surdos e, por onde passei ao longo da minha caminhada, de alguma forma, encontrei alguns deles no caminho, não em instituições como escolas ou associações, mas nas ruas, em grupos que esporadicamente encontrava, em pontos de encontros deles e, logo interagia, puxava conversa e me tornava amiga. A falta de contato permanente com eles enfraqueceu minha capacidade de comunicação com a língua de sinais, foi quando senti a necessidade de voltar a estudar a LIBRAS, por acreditar que essa barreira não deve existir na nossa sociedade. No entanto, a falta de prática mais uma vez me deixou fora de uma comunicação plena com eles. Isso muito me incomoda, porque a população de surdos vem crescendo e a barreira da comunicação deve ser extinta. O surdo precisa se comunicar plenamente com pessoas ouvintes na sua língua, e não somente entre eles, nas escolas, ou associações, mas infelizmente, essa realidade ainda está muito longe de ser mudada.

Pesquisando sobre o percentual de pessoas surdas no nosso país, não encontrei nada atualizado, nem mesmo no IBGE. Mas, considerando que os surdos constituem uma faixa de 3,2% da população brasileira, o que corresponde aproximadamente a 5,8 milhões de cidadãos, os quais pagam impostos, contribuem com seu voto, como todo brasileiro e lutam pelos seus direitos, por serem pessoas produtivas como as demais. O surdo tem o direito de se qualificar para o mercado de trabalho, como também tem o direito de representar politicamente sua comunidade e é a partir dessa representatividade, que o surdo pode defender e criar políticas públicas que o beneficiem verdadeiramente.

A pessoa surda deve ser capaz de ir e vir. A barreira da língua não deve limitar ou impedir a sua trajetória, mas conduzi-la, tanto

no ambiente familiar, quanto no ambiente escolar que a forma. Os surdos precisam avançar no sentido de formar líderes que os representem legitimamente na sociedade. Eles precisam se apropriar do espaço que ocupam na sociedade, indo muito além do que até então têm conquistado. Mas, para isso, é preciso saírem da toca e das asas dos que os “protegem”. Essa postura trava seus sonhos e seus voos. Volto a dizer que a pessoa surda é capaz de ocupar o espaço que ela almeja, e a família e a escola devem caminhar de mãos dadas, no sentido de prepará-los de forma eficaz para que possam se tornar capazes de ir muito além de suas “limitações”.

Por outro lado, a escola deve ser capaz de formar cidadãos surdos que estejam aptos para enfrentarem e superarem as barreiras impostas pela sociedade e, assim, ocuparem o seu espaço nessa mesma sociedade que os exclui, e se tornarem cidadãos respeitados como os outros, convivendo de forma igualitária na sociedade de maioria ouvinte.

Citamos abaixo as Leis referentes às pessoas surdas:

A LEI DE LIBRAS

LEI Nº 10.436, de 24 de abril de 2002

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º. É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – Libras e outros recursos de expressão a ela associados. Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2°. Deve ser garantido, por parte do poder público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3°. As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento Curso Básico da Libras (LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS), adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4°. O sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), conforme legislação vigente. Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais – Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 24 de abril de 2002; 181º da Independência e 114º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Fonte: Disponível em: <<http://www.surdocidadao.org.br/institucional/libras/a-lei-de-libras/>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

O SURDO E A ESCOLA BILÍNGUE

A educação de surdo com proposta bilíngue para a educação surgiu na década de 80. A proposta se baseia na teoria de que o aprendizado da Língua de Sinais deve acontecer anteriormente ao aprendizado da Língua Oral (portuguesa). Entende-se nessa proposta que a Língua de Sinais é a língua natural do surdo, devido as suas características utilizadas na maioria das comunidades surdas, fazendo fluir plenamente a comunicação entre si e se estendendo aos que convivem com eles desde cedo. Por isso, o desenvolvimento na língua materna é de fundamental importância para o aprendizado da segunda língua

(Língua Oral portuguesa), de forma escrita a ser aprendida na escola.

Considerando que a educação bilíngue de surdos no Brasil está amparada pela Lei sob a recomendação do Ministério Nacional da Educação (MEC), como sendo uma proposta válida e eficaz para o ensino das duas línguas, a LIBRAS e a língua portuguesa se fazem necessárias para aconteça a inclusão do sujeito surdo, através do que é assegurado por lei no nosso país.

Sendo assim, O Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, em seu capítulo VI, artigo 22 determina que se organize, para a inclusão escolar:

I – escolas e classes de educação bilíngue, abertas a alunos surdos e ouvintes, com professores bilíngues, na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental; II – escolas bilíngues ou escolas comuns da rede regular de ensino, abertas a alunos surdos e ouvintes, para os anos finais do ensino fundamental, ensino médio ou educação profissional, com docentes de diferentes áreas do conhecimento, cientes da singularidade linguística dos alunos surdos, bem como a presença de tradutores e intérpretes de Libras – Língua Portuguesa (NOVAES, 2010, p.73).

Portanto, o reconhecimento pela Lei brasileira nº 10.436/2002 da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como língua oficial, abriu o caminho para a educação bilíngue para os surdos e a aceitação da existência de uma “cultura surda”, trazendo grandes benefícios para a educação e aprendizagem do surdo, como também para sua integração na sociedade como um todo.

Para Bagno (2003; apud NOVAES, 2010), a Língua de Sinais deve ser vista “não somente como ferramenta que deve ser usada para obter resultados”, mas principalmente, porque ela é produtora e transmissora de cultura. Considerando que toda língua é uma construção cultural e que é utilizada como forma de transmissão de conhecimentos e de cultura para a comunidade que a utiliza. É a partir

dessa compreensão que se percebe a existência de uma identidade específica e inerente ao sujeito surdo. O reconhecimento da existência desta identidade contempla as características culturais e sociais de produção e transmissão cultural do surdo e tem como base os níveis de participação nas comunidades surdas e suas características na forma de se comunicar.

Portanto, percebe-se que o ensino bilíngue pode ser considerado o método que mais se aproxima do sujeito surdo, respeitando a sua identidade e cultura. A proposta bilíngue se preocupa em trazer ao sujeito surdo a condição de ele se incluir na sociedade, de forma eficaz e completa, reconhecendo e respeitando suas diferenças e suas capacidades. Além do mais, essa é a proposta mais indicada para o ensino inclusivo e a que mais aparece hoje nos documentos oficiais brasileiros.

DIREITOS DAS PESSOAS SURDAS

LIBRAS

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências.

INTÉRPRETES

Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010

Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Projeto de Resolução nº 040/2003

Tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais LIBRAS – na programação da TV Assembleia e dá outras providências.

ACESSIBILIDADE

Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004

Regulamenta as Leis nº 10.048 de novembro de 2000, e dá

prioridade de atendimento às pessoas que específica, e 10.098 de 19 de dezembro de 2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

DECRETO Nº 6.214 DE 26 DE SETEMBRO DE 2007

Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada (BPC) da Assistência Social devido a pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a lei nº 8.742 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 4 DE 2 DE OUTUBRO DE 2009

Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

LEI Nº 10.216 DE 6 DE ABRIL DE 2001

Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial de saúde mental.

LEI Nº 6.202 DE 17 DE ABRIL DE 1975

Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares, instituído pelo Decreto Lei nº 1.044, e dá outras providências.

PORTARIA Nº 3.284 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2003

Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.

LEI Nº 4.304 DE 07 DE ABRIL DE 2004.

Dispõe sobre a utilização de recursos visuais, destinados às pessoas

com deficiência auditiva, na veiculação de propaganda oficial.

LEI FEDERAL Nº 10.098 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000

Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

MERCADO DE TRABALHO

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção: I – até 200 empregados 2% II – de 201 a 500 3% III – de 501 a 1.000 4% IV – de 1.001 em diante 5% 1º A dispensa de trabalhador reabilitado ou de deficiente habilitado ao final de contrato por prazo determinado de mais de 90 (noventa) dias, e a imotivada, no contrato por prazo indeterminado, só poderá ocorrer após a contratação de substituto de condição semelhante. 2º O Ministério do Trabalho e da Previdência Social deverá gerar estatísticas sobre o total de empregados e as vagas preenchidas por reabilitados e deficientes habilitados fornecendo-as, quando solicitadas, aos sindicatos ou entidades representativas dos empregados. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

TRANSPORTE

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN

Resolução nº 734/1989 Art.54 o candidato à obtenção de carteira nacional de habilitação, portador de deficiência auditiva igual ou superior a 40 decibéis, considerado apto no exame otoneurológicos, só poderá dirigir veículo automotor das categorias A ou B.

SURDEZ

DECRETO Nº 3.298 DE 20 DE DEZEMBRO DE 1999

Art. 4º é considerada pessoa portadora de deficiência aquela que enquadrar nas seguintes categorias:

- A) DE 25 A 40 DECIBÉIS (DB) – SURDEZ LEVE;
- B) DE 41 A 55 (DB) – SURDEZ MODERADA;
- C) DE 56 A 70 (DB) – SURDEZ ACENTUADA;
- D) DE 71 A 90 (DB) – SURDEZ SEVERA;
- E) DE ACIMA DE 91 (DB) – SURDEZ PROFUNDA;
- F) ANACUSIA (PROFUNDA).

TELEFONIA

DECRETO Nº 1.592 DE 15 DE MAIO DE 1998

Art. 6º - a partir de 31 dezembro de 1999, a concessionária deverá assegurar condições de acesso ao serviço telefônico para deficientes auditivos e da fala: tornar disponível centro de atendimento para intermediação da comunicação (1402).

LEGENDA

LEI Nº 4.304 DE 07 DE ABRIL DE 2004 – RIO DE JANEIRO

Dispõe sobre a utilização de recursos visuais, destinados às pessoas com deficiência auditiva, na veiculação de propaganda oficial.

LEI Nº 2.089 DE 29 DE SETEMBRO DE 1998 – DISTRITO FEDERAL

Institui a obrigatoriedade de inserção, nas peças publicitárias para veiculação em emissoras de televisão, da interpretação da mensagem em legenda e na Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Fonte:**

<<https://direitosdossurdos.wordpress.com/>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

LEI Nº 8.160 DE 08 DE JANEIRO DE 1991.

Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva.

SÍMBOLO INTERNACIONAL DE SURDEZ



Imagem 13 – Símbolo Internacional de Surdez

Fonte: <http://www.libras.com.br/lei-8160-de-1991>.

ALFABETO MANUAL OU DIGITAL

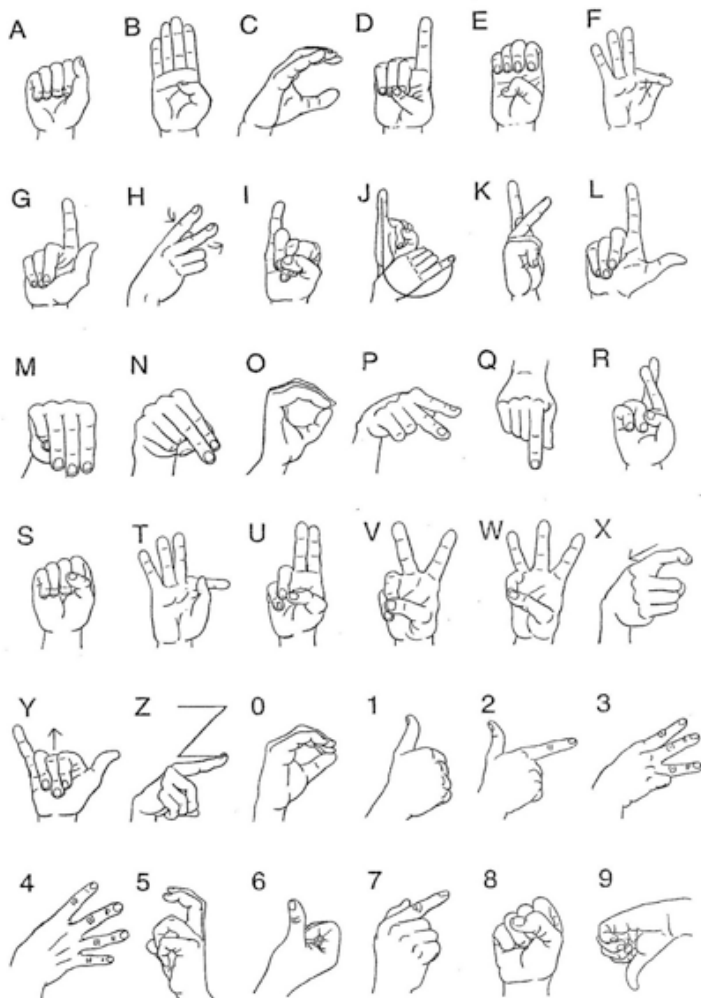


Imagem 14 – Alfabeto manual ou digital

Fonte: <<http://md.intaead.com.br/geral/libras/#/alfabeto-manual>>. Acesso em: 16 de julho de 2018.

REFERÊNCIAS

GOLDFELD, M. **A criança surda**. Linguagem e Cognição Numa Perspectiva Sócio Interacionista. São Paulo: Plexas, 1997.

GRANDES TEMAS DA MEDICINA. – **O Aparelho Respiratório, Os ouvidos** - Nova Cultural. [s/a].

_____. (Org.). **Atualidade de Educação Bilinguismo para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

_____. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO – Secretaria da Educação Especial – **Política Nacional de Educação Especial**. – Livro 1- MEC/SEESP – Brasília, 1994.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação – Coordenadoria de Estado e Normas Pedagógicas. – **Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – São Paulo/ SE: CENP, 1996.

SÃO PAULO (Estado) Secretaria de Educação – Coordenadoria e Normas Pedagógicas. **Educação Especial Perspectiva e Reflexões**. – Coletânea de Textos. São Paulo, 1993.

SOUZA, Jacy Ap. Marques de. **Educação Especial em Foco**. DRE – 5 Leste. São Paulo, 1990.

SKLIAR, C. **Um olhar sobre a diferença**. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SOBRE A AUTORA

IRENE PONCIANO NASCEU NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE/PB. Fez o curso de Pedagogia na UFPB – Campus II e especializou-se em Educação de Surdos. Sua experiência em sala especial com alunos surdos teve início em Campina Grande e continuidade no Estado de São Paulo, no qual, suas experiências são contadas nesta obra. Atualmente, a autora retornou para sua cidade natal e por falta de oportunidade para dar continuidade ao seu trabalho como professora de surdos resolveu enveredar pelas artes cênicas, tornando-se atriz, diretora, roteirista e professora de teatro, ofício, que pretende levar para os surdos, através do projeto de teatro “Sou Surdo, Mas Não Sou Mudo”.

Sobre o livro

Projeto gráfico e capa Erick Ferreira Cabral

Imagens da capa Pixabay

Normatização e correção Elizete Amaral de Medeiros

Mancha Gráfica 10,5 x 16,7 cm

Tipologias utilizadas Chaparral Pro 11/13,2 pt